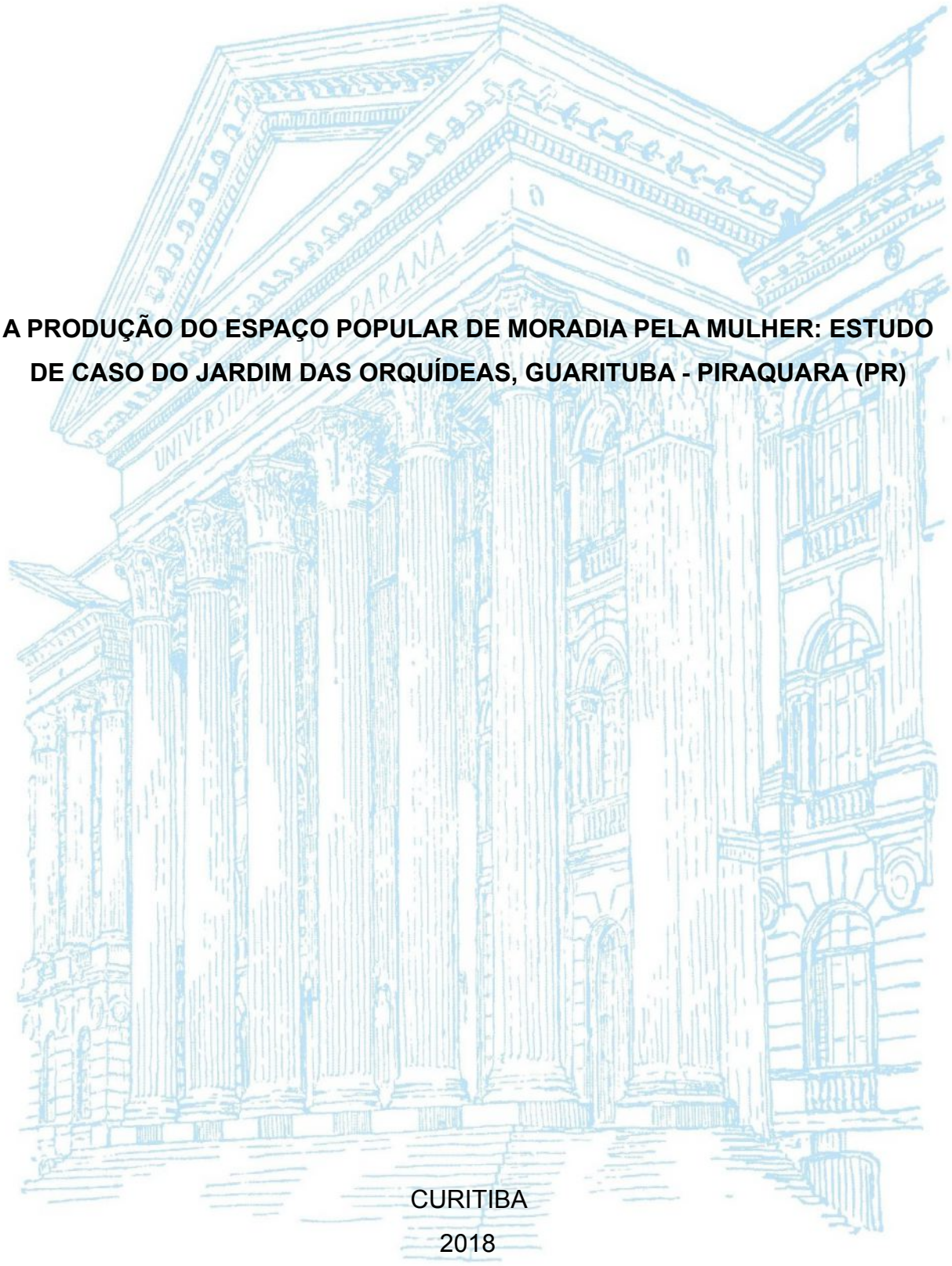
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELISA DA COSTA SIQUEIRA



A PRODUÇÃO DO ESPAÇO POPULAR DE MORADIA PELA MULHER: ESTUDO DE CASO DO JARDIM DAS ORQUÍDEAS, GUARITUBA - PIRAQUARA (PR)

CURITIBA

2018

E. DA C. SIQUEIRA

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELISA DA COSTA SIQUEIRA

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO POPULAR DE MORADIA PELA MULHER: ESTUDO DE CASO DO JARDIM DAS ORQUÍDEAS, GUARITUBA - PIRAQUARA (PR)

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Arquiteta e Urbanista, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná.

Profa. Dra. Madianita Nunes da Silva

CURITIBA

2018

A todas as mulheres que me inspiraram a ser a profissional que estou prestes a me tornar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, por ser o meu maior exemplo de mulher forte e independente e ter me apoiado durante esses meses.

Ao meu pai, por ter me ensinado a usar meus recursos para ajudar ao próximo desde pequena.

Aos meus irmãos, pelos longos debates e incentivo ao questionamento crítico e à leitura.

À minha orientadora, por ter sido crucial na descoberta do caminho que eu traçaria enquanto arquiteta urbanista e ser minha maior referência profissional.

Às minhas professoras de Urbanismo, pelo modo como compartilharam seus conhecimentos, incentivando sempre o debate, a crítica e a construção coletiva. Sua participação em minha formação acadêmica me deu força provando que nós, mulheres, também podemos estar à frente da produção do conhecimento científico.

Às minhas amigas Nathalia Kauer, Ingrid Villas Bôas, Mariana Werner e Isabela Freire, com quem passei longas horas estudando e compartilhei meus sonhos e frustrações acadêmicas ao longo desses anos.

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação pretende estudar a produção do espaço popular de moradia, iluminando o papel da mulher como agente nesse processo. Objetiva levantar diretrizes para um projeto de intervenção urbana que atenda ao direito à moradia e melhore a qualidade de vida da mulher residente no Jardim das Orquídeas, loteamento assentado no Guarituba, área de ocupação irregular localizada no Município de Piraquara (Paraná). Para tanto, propõe-se explorar as teorias baseadas no protagonismo popular no planejamento urbano, nas epistemologias feministas como metodologia e no urbanismo feminista. Além disso, exercitar ferramentas utilizadas na intervenção do espaço urbano pertencentes à disciplina do urbanismo, que possam contribuir para a transformação da realidade visando a incorporação da mulher como agente central na produção dos espaços populares de moradia. Dentre os procedimentos metodológicos destacam-se: pesquisa bibliográfica para conceituação teórica, estudo de casos correlatos e análise da realidade do recorte espacial a partir de dados secundários, documentos oficiais e trabalhos científicos. A pesquisa teórica permitiu a elaboração de diretrizes projetuais que nortearão o desenvolvimento do projeto final de graduação no semestre subsequente.

Palavras-Chave: Moradia. Ocupação Irregular. Urbanismo Feminista. Piraquara.

ABSTRACT

This present Final Graduation Work intends to study the popular housing space, putting a spotlight on women's role as an agent in this process. It aims to raise guidelines for a urban intervention project that fulfills the right to housing and improves the quality of life of women who live at Jardim das Orquídeas, allotment situated at Guarituba, an irregular occupation area located at the municipality of Piraquara (Paraná). Therefore, it's proposed to explore theories based on popular protagonism in urban planning, feminist epistemologies as methodology and feminist Urbanism. Also to exercise the tools used in urban space interventions which belong to the discipline of Urbanism, which contribute for a transformation in reality that aims the incorporation of women as a central agent in popular housing spaces production. Among the methodological procedure, the following stand out: theoretical research for thematic conceptualization, study of the related cases and analysis of the reality of the space clipping to be worked, based on secondary data, oficial documents and scientific works. The theoretical research allowed the elaboration of urban design guidelines for the development of the final graduation project in the subsequent semester.

Key-words: Housing. Irregular Occupation. Feminist Urbanism. Piraquara.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FOTO DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I……36
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I……..… 37
FIGURA 3 - IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I…….. 37
FIGURA 4 - PROGRAMA DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I……39
FIGURA 5 - TIPOLOGIAS DE PLANTA DO CONJ. FRAUEN WERK STADT I…..40
FIGURA 6 - CORTE ESQUEMÁTICO DO CONJ. FRAUEN WERK STADT I…… 40
FIGURA 7 - RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I……..……. 41
FIGURA 8 - DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/HA) POR MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS……..……. 42
FIGURA 9 - EXPERIÊNCIAS DE HABITAÇÕES POPULARES IMPLANTADAS EM AMERICANA (2008) E LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS JARDIM DOS LÍRIOS E PARQUE DA LIBERDADE, DE 2007…… 44
FIGURA 10 - CASAS GEMINADAS NO CONJUNTO JARDIM DOS LÍRIOS….. 45
FIGURA 11 - SOBRADOS NO CONJUNTO JARDIM DOS LÍRIOS…….. 45
FIGURA 12 - CASAS CONSTRUÍDAS NO JARDIM DOS LÍRIOS - AMERICANA..46
FIGURA 13 - CASAS CONSTRUÍDAS NO PARQUE DA LIBERDADE - AMERICANA……..…… 46
FIGURA 14 - BLOCO DE CASAS POPULARES NO JARDIM DOS LÍRIOS DEZ MESES APÓS A OCUPAÇÃO DOS MORADORES, EM JANEIRO/ 2008…….. 48
FIGURA 15 - BLOCO DE CASAS POPULARES NO JARDIM DOS LÍRIOS EM MAIO DE 2011…… 48
FIGURA 16 - LOCALIZAÇÃO DO GUARITUBA NA RMC……..…… 53
FIGURA 17 - BACIAS HIDROGRÁFICAS NO GUARITUBA…….. 54
FIGURA 18 - EVOLUÇÃO URBANA NO GUARITUBA……..…… 55
FIGURA 19 - CONSTITUIÇÃO DO GUARITUBA (DÉCADA DE 1990)……..…. 56
FIGURA 20 - SITUAÇÃO LEGAL DOS LOTEAMENTOS NA UTP GUARITUBA.. 57
FIGURA 21 - REGIÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO GUARITUBA… 58
FIGURA 22 - MACROZONEAMENTO DA UTP GUARITUBA……..……. 60

FIGURA 23 - ZONEAMENTO DA UTP GUARITUBA…….…… 61
FIGURA 24 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA NA UTP GUARITUBA EM HAB/HA - 2010…….. 62
FIGURA 25 - RENDA MÉDIA MENSAL DOS DOMICÍLIOS - 2010……..…… 65
FIGURA 26 - MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR SETOR CENSITÁRIO NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS DA UTP GUARITUBA…… 66
FIGURA 27 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA…….. 67
FIGURA 28 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE GERAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO…….. 68
FIGURA 29 - ESGOTO A CÉU ABERTO NO JARDIM DAS ORQUÍDEAS……..… 69
FIGURA 30 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA..… 69
FIGURA 31 - PRINCIPAIS VIAS DA UTP GUARITUBA……..….. 71
FIGURA 32 - HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO…….. 72
FIGURA 33 - VISTA DA RUA DAS ANDORINHAS……..…… 73
FIGURA 34 - VISTA DA RUA HERBERT TRAPP……..…….. 73
FIGURA 35 - VISTA DA RUA QUINZE……..……. 74
FIGURA 36 - EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NO GUARITUBA…….. 75
FIGURA 37 - LINHAS DE ÔNIBUS QUE PASSAM PELO TERMINAL DE PINHAIS……..…… 76
FIGURA 38 - LINHAS DE ÔNIBUS QUE PASSAM PELO TERMINAL DE PIRAQUARA…… 76
FIGURA 39 - MARCAÇÃO DE RAIOS DE 500 METROS DE DISTÂNCIA A PARTIR DOS PONTOS DE ÔNIBUS NO GUARITUBA…….. 77
FIGURA 40 - MÃE E FILHA CAMINHANDO PELA RUA DAS ANDORINHAS..…. 78
FIGURA 41 - LOCALIZAÇÃO DO JARDIM DAS ORQUÍDEAS NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA…… 79
FIGURA 42 - JARDIM DAS ORQUÍDEAS……..…….. 80
FIGURA 43 - ESQUEMA DE CLASSIFICAÇÃO DAS DIRETRIZES CONFORME ESCALA DE ATUAÇÃO…… 82

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - FAMÍLIAS CONVIVENTES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES - CLASSE DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL FAMILIAR PER CAPITA - PIRAQUARA - 2010……..……63

TABELA 2 - PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES - CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO - PIRAQUARA - 2010……..…….. 63

TABELA 3 - MATRÍCULAS POR ANO - PIRAQUARA - 2015…….. 66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SÍNTESE DA SITUAÇÃO ATUAL DO JARDIM DAS ORQUÍDEAS.. 70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……..……..11

2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA…….……..…..14

2.1 OS ESPAÇOS POPULARES DE MORADIA……..……15

2.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO HABITACIONAL……19

2.3 A MULHER COMO AGENTE NA PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE MORADIA……..…….. 27

3 ANÁLISE DE CASOS CORRELATOS..…….……35

3.1 FRAUEN WERK STADT, VIENA……..…..…..36

3.2 A EXPERIÊNCIA DE AMERICANA, SÃO PAULO……..…….. 42

3.3 CONTRIBUIÇÕES DOS CASOS CORRELATOS……..…….. 50

4 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE…….…..…… 52

4.1 APRESENTAÇÃO…..…….……53

4.2 COMPONENTES SÓCIO-ECONÔMICOS…….…….. 61

4.3 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO URBANA …….……67

5 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO..……..……79

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS……..……84

REFERÊNCIAS……..……..…….. 86

1 INTRODUÇÃO

O olhar para as relações de gênero na cidade ainda é muito recente. A cidade vem sido historicamente produzida pelos grupos que detêm poder, dentre os quais a mulher não tem tido participação principal, de modo que reflete as relações de opressão presentes em nossa sociedade.

Silva (2007) defende que o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares masculinos e femininos, sendo a ótica masculina historicamente priorizada na produção do espaço urbano. Como resposta, o urbanismo precisa se atentar a novas críticas e olhares sobre essa produção e buscar teorias e experiências que caminhem em direção a uma cidade mais igualitária e sustentável.

Baseado nessa ideia, o presente Trabalho Final de Graduação estuda a produção dos espaços urbano e da moradia, iluminando o papel da mulher como agente nesse processo. Reflete-se ainda acerca de como a disciplina do urbanismo pode dispor de ferramentas capazes de transformar a cidade em espaços mais igualitários e sustentáveis para todos, a partir da consideração da vida cotidiana e das necessidades da mulher. Tem como recorte analítico a produção dos espaços populares de moradia e como recorte espacial o loteamento Jardim das Orquídeas, assentado no Guarituba, área de ocupação irregular localizada no Município de Piraquara (PR).

A escolha do tema tem como objetivo estudar as teorias baseadas no protagonismo popular no planejamento urbano, nas epistemologias feministas como metodologia e no urbanismo feminista. Além disso, exercitar as ferramentas utilizadas na intervenção do espaço urbano pertencentes à disciplina do urbanismo que possam contribuir para a transformação da realidade visando a incorporação da mulher como agente central na produção dos espaços populares de moradia.

A escolha do Guarituba se deu por ser uma região de vulnerabilidade social em que os residentes têm pouca voz e poder de escolha. Justifica-se também por Piraquara ter sido apontada como segundo Município brasileiro com maior número de casos de feminicídio (24,4 por 100 mil mulheres). Recorta-se, neste espaço, o Jardim das Orquídeas, por sua situação de fragilidade social e seu forte senso de comunidade, principalmente entre as mulheres

O objetivo geral é realizar um estudo teórico que sirva de base às diretrizes de uma intervenção urbana no Jardim das Orquídeas, a qual tenha como pressuposto projetual as necessidades cotidianas da mulher: seus deslocamentos, trabalho, lazer e segurança. São objetivos específicos: refletir acerca da produção do espaço de moradia na cidade capitalista brasileira; compreender as necessidades cotidianas da mulher residente em espaços populares de moradia; analisar estudos de caso de intervenção urbana em espaços populares centrada ou protagonizada pela mulher; realizar coleta e diagnóstico de dados socioespaciais do Guarituba; e definir etapas e diretrizes para um projeto de intervenção urbana para a área de estudo.

Baseada nas epistemologias feministas e nos estudos científicos sobre a produção da cidade capitalista brasileira, as relações entre cidade e gênero e as espacializações da vida produtiva e reprodutiva na cidade, a metodologia de pesquisa busca a compreensão das necessidades urbanas da mulher residente no Jardim das Orquídeas de acordo com sua própria visão, como sujeito e não objeto de estudo. São utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura de base; levantamento de dados secundários; análise de estudos de caso correlatos; e definição de etapas e diretrizes projetuais.

Inicia-se pelo capítulo de conceituação temática, o qual traz a compreensão da contradição entre o valor de uso e o valor de troca da moradia e suas consequências na produção da cidade capitalista e brasileira. Aprofunda-se o estudo dos espaços populares de moradia, divididos entre produção informal e produção formal provida por ações estatais. Em seguida, analisa-se o lugar da mulher na produção da cidade, norteada pelos elementos de amor e honra, apresentando-se medidas que fazem valer seu direito à moradia e a colocam no centro dessa produção.

No segundo capítulo, denominado “Análise de casos correlatos”, são apresentados o conjunto habitacional Frauen Werk Stadt, na Áustria; e a experiência do Município de Americana (SP) em mutirões. Ambos são analisados segundo os elementos da moradia digna e do direito à moradia e a vida das mulheres.

O terceiro capítulo traz uma interpretação da realidade do Guarituba, mais especificamente do Jardim das Orquídeas, baseada nos aspectos físicos e

socioespaciais, de modo que se conheça o recorte espacial a ser trabalhado, buscando identificar a posição que a mulher ocupa nesses aspectos.

O Trabalho finaliza pela definição de etapas e diretrizes que nortearão o projeto a ser desenvolvido no segundo semestre, o qual buscará novos caminhos para a política habitacional brasileira através do olhar de gênero, aplicando-se o conhecimento teórico aqui acumulado ao Jardim das Orquídeas.

2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

A cidade brasileira pode ser considerada capitalista, visto que a vida social nela espacializada tem suas bases materiais, sociais e intelectuais moldadas e fornecidas hegemônica e dominantemente pelos processos de acumulação e circulação de capital (HARVEY, 2016). Sendo uma formação social capitalista, há na cidade a disputa por diversos capitais: o humano, ecônomico, cultural, social de relações pessoais e os capitais que se beneficiam do urbano (ABRAMO, 2003; MARQUES, 2016; SOUZA, 2017).

Dessa forma, faz-se necessária a compreensão de uma contradição[1] fundamental do capital, a qual afeta diretamente a produção do espaço de moradia no Brasil: a existente entre o valor de uso e o valor de troca (HARVEY, 2016).

Entende-se por valor de uso as possibilidades de uso que a moradia oferece - abrigo, relações familiares, espaço de reprodução da vida, etc. O valor de troca refere-se a quanto uma mercadoria vale em relação a outra e é representado pelo dinheiro. Este valor tem potencial especulativo, de modo que a partir dele a moradia se torna também forma de poupança e instrumento de especulação imobiliária (HARVEY, 2016).

A contradição entre o valor de uso e o de troca da moradia aumenta as desigualdades da cidade brasileira ao sustentar a valorização imobiliária de terrenos abastecidos de serviços, comércio e infraestrutura. Consequentemente, a população que não pode acessar à mercadoria "moradia" é afastada do acesso a esses bens urbanos. Neste processo, o Estado intervém buscando produção e provisão democrática da habitação, que por vezes esbarra em sua capacidade fiscal e limita sua atuação ao baseá-la no funcionamento do mercado (HARVEY, 2016).

Nos próximos tópicos, reflete-se acerca das consequências da preponderância do valor de troca da moradia em relação a seu valor de uso, o qual leva a população de baixa renda a buscar alternativas para acessar à moradia, em um processo que afeta, em especial, a mulher. Estuda-se, portanto: (I) Os espaços populares de moradia; (II) A atuação do Estado na questão habitacional e (III) A mulher como agente na produção dos espaços de moradia.

---

[1] Utiliza-se o conceito de contradição segundo a concepção dialética marxista, em que duas forças opostas coexistem em uma mesma situação, entidade, processo ou evento (HARVEY, 2016).

2.1 OS ESPAÇOS POPULARES DE MORADIA

O direito à moradia é um direito social garantido pela Constituição de 1988 e estabelece que moradia digna é aquela que possui: rede de infraestrutura (transporte coletivo, água, luz, esgoto, coleta de lixo, pavimentação, telefone); acesso a equipamentos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer; instalações sanitárias adequadas; condições mínimas de conforto e habitabilidade; utilização por uma única família (a menos de outra opção voluntária); pelo menos um dormitório permanente para cada dois adultos; e que haja regularização fundiária do assentamento - elemento adicionado pelo Estatuto da Cidade e pela Medida Provisória 2220, em 2001 (BRASIL, 2009).

Visto que a população de baixa renda tem dificuldade em acessar a esse direito através do mercado imobiliário formal, os espaços populares de moradia são produzidos, em geral, ou pelo mercado informal, ou pela ação do Estado.

A produção informal de moradia é composta por cortiços, loteamentos irregulares e favelas. Tais moradias não podem ser consideradas dignas, em função da precariedade e da irregularidade fundiária (BRASIL, 2009). Apesar disso e dos preços do mercado informal se mostrarem elevados, a população de baixa renda decide comprar imóveis e lotes em favelas; contradição esta que pode ser explicada por fatores locacionais que interferem em suas decisões residenciais (ABRAMO, 2003).

O Estado atua para facilitar o acesso da população de baixa renda à moradia digna através da aplicação de instrumentos urbanísticos para promoção da função social da cidade, de políticas públicas de intervenção em favelas e da provisão de habitação de interesse social. Ainda assim, muitas das ações estatais acabam por não atender aos elementos necessários da moradia digna, além de trazer efeitos socioespaciais perversos, quando espacialmente descentralizadas (ABRAMO, 2003).

Percebe-se, portanto, que tanto a produção informal quanto as ações do Estado têm dificuldade em garantir o direito à moradia digna à população de baixa renda, havendo elementos a se destacar em ambas.

O mercado imobiliário informal é caracterizado por transações de bens fundiários e imobiliários, as quais não são regularizadas nos fóruns legais (registro

de imóveis) ou governamentais (administrações locais ou federais), apresentando irregularidade fundiária e urbanística; características das favelas. Esse mercado transforma os fatores locacionais das moradias irregulares em capital locacional, criando um jogo especulativo similar ao do mercado formal (ABRAMO, 2003).

Os cortiços são caracterizados por sua localização em áreas centrais, com acesso mediante pagamento de aluguel, podendo também ser imóveis abandonados ocupados por movimentos organizados de moradia, sem pagamento de aluguel. São moradias de um único cômodo, as quais se disseminaram em favelas e loteamentos de periferia e assemelhados. As medidas recomendadas para essa situação são provisão de habitação e reabilitação de áreas centrais, sendo a aplicação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade necessária para se garantir a manutenção da moradia social nestas áreas (BRASIL, 2009).

Os loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais degradados e as favelas compõem os assentamentos precários propriamente ditos e são alvo da linha programática de Urbanização Integrada, segundo a Política Nacional de Habitação aprovada em 2004 pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2009).

Os loteamentos irregulares apresentam traçado viário regular e divisão de lotes, sendo muitos deles abertos em áreas griladas, onde os moradores compram os lotes, mas não têm direito de propriedade sobre eles. Seu traçado urbano regular facilita intervenções de complementação de infraestrutura urbana, mas a ocupação irregular de áreas destinadas a equipamentos urbanos e áreas verdes públicas dificulta sua regularização fundiária e, portanto, o acesso dos moradores a esses espaços (BRASIL, 2009).

As favelas são uma tipologia identificada pela ocupação de terras públicas ou privadas de propriedade de outros. Sua morfologia apresenta espaços construídos praticamente contínuos, com edificações justapostas e estreitas vielas de pedestres (BRASIL, 2009). Abramo (2003) descreve a forma clássica do acesso à moradia em uma favela como:

> a - ocupação individual e/ou coletiva de uma gleba ou lote urbano;
> b - rápida construção de uma moradia precária (em madeira ou "pau a pique");
> c - longo investimento familiar na melhoria da residência;
> d - desmembramento da unidade residencial em "frações" familiares (Abramo, 2003, p. 209).

Assim, as favelas apresentam tanto irregularidades urbanísticas quanto fundiárias. Este processo, entretanto, tem sido substituído em algumas favelas por conta do esgotamento da fronteira de expansão territorial, de modo que o acesso à moradia nelas passa a se dar também através do mercado imobiliário informal. As diferenciações interfavelas e intrafavelas, criadas a partir de diferentes características físico-ambientais, formas de ocupação e acesso à terra, características do entorno formal, proximidade com áreas dotadas de infraestrutura e equipamentos públicos e temporalidade do processo de edificação, dificultam a classificação das favelas e se refletem em um mercado imobiliário informal diverso (ABRAMO, 2003; BRASIL, 2009).

Segundo Pereira e Silva (2009), a grande variação de preços dentro de uma mesma favela se dá por conta da localização do lote, condições do terreno e qualidade construtiva da edificação, a qual tem maiores possibilidades pela falta de limitações urbanísticas impostas nas ocupações irregulares. As diferenciações intrafavelas refletidas no mercado imobiliário informal produzem maior segmentação socioespacial das famílias, visto que os novos moradores tendem a possuir poder aquisitivo mais elevado do que o dos que estão vendendo seus imóveis, já que ”quanto mais antiga a área, mais consolidada em termos de edificações em alvenaria e proximidade da rede de comércio e serviços” (ABRAMO, 2003, p.210).

A hierarquização socioespacial das favelas também tende a se aproximar à dos bairros à medida que suas externalidades locacionais se refletem nos preços estabelecidos pelo mercado informal (ABRAMO, 2003). Pereira e Silva (2009) apontam uma dessas externalidades como a distância entre a ocupação irregular e o centro da cidade-polo, sendo que aquela muitas vezes se consolida em áreas vazias por restrições ambientais ou desinteresse do mercado imobiliário formal. A localização da favela próxima a áreas mais ou menos dotadas de comércio, serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos é considerada por Abramo (2003) uma diferenciação interfavelas passiva, sendo a ativa provocada por intervenções urbanísticas do Poder Público ou de ações comunitárias que trazem melhorias na sua estrutura física.

Desta forma, os preços praticados no mercado informal nem sempre diferem dos encontrados em seu entorno formal, mesmo que seus moradores não tenham o acesso aos benefícios da urbanização que as habitações regulares possuem

(ABRAMO, 2003; PEREIRA e SILVA, 2009). Portanto, para se entender os motivos que levam às preferências locacionais das famílias pobres em favelas deve-se avaliar outros fatores locacionais, tais quais acessibilidade, vizinhança e “estilo de vida” (ABRAMO, 2003).

A valorização imobiliária de terrenos dotados de infraestrutura urbana e próximos a comércio e serviços faz com que o acesso à moradia formal pelas camadas populares se dê em áreas desprovidas ou pouco providas de estrutura urbana. As favelas, entretanto, podem apresentar acessibilidade a esta estrutura devido a seu entorno formal, com o qual estabelece relação de “interação conflitiva”, por ser considerada uma externalidade negativa para este. Assim, as transformações no entorno formal afetam o capital locacional da favela assim como as intervenções na favela influenciam os preços praticados no entorno formal. A acessibilidade à estrutura urbana é, portanto, um dos fatores locacionais que levam a população de baixa renda a preferir morar em favelas, em relação aos conjuntos habitacionais oferecidos pelo mercado formal (ABRAMO, 2003).

A proximidade de uma eventual fonte de rendimentos, antes física e agora ligada a uma rede de relações que pode ser difusa em termos territoriais, é outro fator locacional a ser destacado. A informalidade no trabalho impede o acesso à moradia formal, já que os programas de financiamento exigem comprovação de segurança de retorno dos investimentos que o trabalho informal não oferece. Nas favelas é alto o percentual de moradores que trabalha de maneira informal no próprio assentamento, gerando uma dinâmica econômica intrafavela, autarquizada, que promove comércios e serviços de caráter local. Além disso, as relações de vizinhança presentes nas favelas conferem a estes espaços um sentimento de pertencimento à comunidade, que configuram uma “economia de solidariedade familiar" expandida que permite, por exemplo, que uma mulher trabalhe e deixe seus filhos aos cuidados de vizinhos nos quais confie. No lugar de haver uma contrapartida monetária, há nesse processo uma relação de “Dom” e “contra-Dom”, que traz a retribuição de favores como moeda de troca. Essas relações de “Dom/ contra-Dom” e a rede de economia autarquizada são perdidas quando uma família decide ou é obrigada a se mudar para outra favela ou bairro, de modo que as relações de vizinhança são fatores locacionais de suma importância em suas decisões residenciais (ABRAMO, 2003).

Quanto ao estilo de vida, percebe-se na favela a possibilidade de reproduzir um cotidiano semelhante ao presente em cidades pequenas ou rurais, ainda que inserida no contexto de uma metrópole; fator que torna essa tipologia habitacional atraente. Sobre isto, Abramo (2003) afirma que:

> A favela é o espaço da cotidianidade diurna dos pais (avós) que conversam tranquilamente nas pequenas biroscas (micro comércio local) e da cotidianidade noturna das turmas de funk, grupos de rap e outras formas de grupos jovens cujo fator de proximidade proporcionado pela favela é um forte elemento de coesão de grupo (Abramo, 2003, p. 205).

Deve-se destacar ainda que os fatores apresentados são muitas vezes apropriados pelo narcotráfico, trazendo violência e diminuindo o capital locacional das favelas (ABRAMO, 2003).

2.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO HABITACIONAL

As favelas se consolidaram como principal espaço de moradia para a população de baixa renda ao longo do século XX, já que nesse período as tentativas de solucionar tal questão focaram na eliminação desses assentamentos sem a compreensão de suas causas reais. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Código de Obras, criado em 1936 e inspirado pelo Plano Agache (1930), veio proibir tanto a construção de novas favelas quanto a realização de melhorias nas existentes, as quais só foram retomadas em 1960; ano de criação do Programa de Erradicação de Favelas cariocas de Carlos Lacerda (CARDOSO, 2007).

Tomando como referência os programas e projetos de intervenção em favelas no Brasil, pode-se identificar, de acordo com Cardoso (2007), as seguintes tipologias: a) remoção, que constitui a retirada da população dos espaços onde residiam e seu reassentamento em outro local; b) urbanização, intervenção que não muda a estrutura do assentamento, dotando-o de infraestrutura e um projeto urbanístico que respeita ao máximo o padrão existente; e c) reurbanização, em que as famílias são reassentadas no mesmo sítio, mas a estrutura é completamente refeita através do parcelamento. Atualmente, as três tipologias são aplicadas, muitas vezes até no mesmo projeto. Em se tratando de abrangência, as intervenções podem ser integrais - atuando em todo o assentamento, o que demanda alto volume de recursos - ou pontuais - atuando em um setor do assentamento, o que é

considerado desperdício de recurso por alguns, por não abranger o aspecto global, e criticado por aumentar as diferenciações socioeconômicas intrafavelas (ABRAMO, 2003; CARDOSO, 2007).

Assim, a busca do Estado por uma solução para a questão habitacional não se resumiu no país à construção de Habitação Popular, mas também à urbanização de favelas. Estes espaços de moradia são o foco do presente Trabalho de Graduação e seu surgimento têm suas raízes históricas no fim do século XIX (CARDOSO, 2007).

Como tentativa de promover o acesso ao direito à moradia pela população de baixa renda, o Estado passou a investir em políticas habitacionais de modo mais massivo em 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), através do qual houve um volume nunca antes visto de recursos destinados à construção de Habitação Popular (BOLAFFI, 1979). Após a extinção do BNH (1986), a política habitacional brasileira passou por um período de instabilidade e falta de recursos e políticas federais, sucedido pela criação do Ministério das Cidades (2003) e lançamento, em 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que passou a contar novamente com um alto volume de recursos (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

O BNH recebeu a administração dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1967, um fundo de arrecadação compulsória do trabalhador assalariado. No mesmo ano, foi implantado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), de arrecadação voluntária. A regulação pública destes instrumentos de captura de poupanças era feita pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado também em 1964 (BOLAFFI, 1976; ARAGÃO & CARDOSO, 2013).

Entre os objetivos do BNH e demais órgãos a ele associados destaca-se: o aumento do investimento nas indústrias de construção civil, a melhoria sanitária e do padrão habitacional da população e a eliminação de favelas (BOLAFFI, 1979). Para elaboração, execução e comercialização dos projetos de moradia popular, foram designadas sociedades de economia mista: as Companhias de Habitação (COHAB), as quais desempenhavam o papel que o setor privado tinha no SBPE. Estas Companhias eram controladas pelo Poder Público em escala municipal ou estadual.

Ao BNH cabia a aprovação dos projetos e empréstimo de fundos, constituindo um sistema em que o Estado estava presente em todas as etapas da produção, mas que seguia a lógica do mercado pela necessidade de retorno ao fundo provedor, fosse este o SBPE ou o FGTS. Para minimizar os custos e riscos, a renda era a variável que norteava os critérios de seleção dos beneficiários e da localização dos conjuntos, que eram construídos nas áreas periféricas onde o preço da terra era mais baixo, de modo que a desigualdade social foi expressada em segmentação espacial da população neles residentes (ARRETCHE, 1990). Dessa forma, os conjuntos construídos não poderiam ser caracterizados como moradia digna, visto que sua localização era distante do acesso ao transporte coletivo e equipamentos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer (BRASIL, 2009).

A atuação das Companhias até 1965 caracterizava-se por uma política de remoção da população favelada, que era retirada dos espaços onde residiam e reassentada em outro. Na época, as remoções eram derivadas da falta de uma reflexão que apresentasse outras possibilidades de intervenção e resultou em resistência da população nelas residente, que passou a lutar pela urbanização das áreas. Com as novas concepções de favela e as críticas à remoção, baseadas em pesquisas que mostraram que a remoção desestruturava as condições de vida das famílias - devido aos gastos com transporte e habitação e desemprego ocasionados pelas grandes distâncias produzidas - e de seus laços de sociabilidade e vizinhança, o BNH buscou atuações alternativas voltadas à urbanização de favelas a partir da segunda metade da década de 1970, como o Programa de Erradicação da Sub-habitação (Promorar), no Rio de Janeiro (CARDOSO, 2007).

Com a extinção do BNH (1986), provocada pela crise financeira que ocorreu nos anos 1980, programas como o Promorar também foram interrompidos, e as Companhias Habitacionais entraram em crise, herdando carteiras de financiamentos que levaram à extinção de muitas delas. A instabilidade política e institucional aumentou o interesse das autoridades em investir recursos do FGTS em títulos públicos por conta da diminuição da regulação do SFH sobre estes, levando à sua distribuição entre Estados e Municípios por fatores políticos, o que provocou a quase falência do Fundo em 1993. Outra consequência desta instabilidade foram as inovações institucionais, como as cartas de crédito, as quais potencializaram o mercado de imóveis usados e ampliaram o crédito, parcialmente limitado por altas

taxas de juros, o que inviabilizou o financiamento a longo prazo para a população de baixa renda (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

Pela ausência de uma Política federal voltada ao enfrentamento da questão habitacional a partir da década de 1990, Estados e Municípios tomaram iniciativas próprias para o enfrentamento da informalidade, sendo os últimos privilegiados pelos programas federais como principais promotores de Habitação de Interesse Social, reforçado pelo fato da Constituição de 1988 ter centralizado muitas políticas - e em especial a urbana - no âmbito municipal. A municipalização da política habitacional trouxe um conjunto de práticas de governos locais que incluía a urbanização de assentamentos precários e a regularização fundiária. O principal instrumento urbanístico utilizado para garantir a posse evitando remoção foram as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Essas práticas melhoraram a qualidade de vida das camadas populares, aumentando as possibilidades de acesso à moradia formal e à cidade urbanizada. Além disso, o setor privado assumiu um papel diferente do até então praticado, promovendo um “auto-financiamento” que construísse para as classes baixas habitações de baixo custo pelo sistema de cooperativas, gerando um conjunto de empresas especializado nesses produtos (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

Nesse mesmo período, entretanto, foi identificada na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) a redução da produção de lotes formais e grande crescimento das ocupações irregulares, destacando-se o Município de Piraquara, o qual teve um crescimento de 2.297,5% na população residente em ocupações irregulares de 1992 a 1998, abrigando 5,20% do total da RMC, em 1998. A partir de então, “o vetor de expansão da ocupação urbana vem sendo comandado por população de baixa renda" (PEREIRA e SILVA, 2009, p. 313).

Nessa fase de ausência de política habitacional em nível federal, destaca-se a criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), em 1999. Este programa era operado pela Caixa Econômica Federal e contava com recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União (OGU), atendendo famílias de 3 a 6 salários mínimos. Como a população era cadastrada segundo critérios de risco, a maioria das famílias atendidas se concentrou nas faixas superiores de renda. A cessão de terrenos públicos e as poucas exigências urbanísticas eram um incentivo aos novos empreendimentos e o acesso aos imóveis por meio do arrendamento formava um

sistema inovador em que as parcelas eram pagas como um aluguel enquanto se habitava o imóvel, que se tornava propriedade do beneficiário apenas após a quitação de todas as parcelas. Esta prática reduzia riscos e acelerava retomadas dos imóveis nos casos de inadimplência (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

No governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado ainda o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), um sistema de securitização de hipotecas o qual tornava as relações econômicas que permeiam o mercado imobiliário ainda mais complexas, vinculando-o ao mercado financeiro, conferindo mais especulação em torno do valor de troca dos imóveis em detrimento de seu valor de uso e diminuindo ainda mais as possibilidades de acesso da população de baixa renda à moradia formal (ARAGÃO e CARDOSO, 2013; HARVEY, 2016).

Em julho de 2001, aprovou-se a Lei federal n. 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade. Esta lei, entre outras inovações, traz instrumentos urbanísticos para a promoção da função social da cidade, os quais Pereira (2002, p. 183) classifica em: "1) instrumentos de natureza urbanística, voltados para o controle do uso do solo; 2) possibilidades de regularização fundiária das posses urbanas e 3) estratégia de gestão urbana que incorpora a participação direta dos cidadãos". O primeiro grupo é formado pelo Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) Progressivo no Tempo; Desapropriação com pagamento de títulos; Transferência do direito de construir; Direito de superfície; Outorga onerosa do direito de construir; Operações urbanas consorciadas; e Direito de preempção. Os instrumentos de regularização fundiária são: Usucapião especial de imóvel urbano; Concessão Especial de Uso para fins de moradia; e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Por fim, os instrumentos de gestão urbana participativa: Estudo de impacto de vizinhança; e Órgãos colegiados de política urbana, debates audiências e consultas públicas, conferências sobre assuntos de interesse público, leis e planos de iniciativa popular (PEREIRA, 2002).

O Estatuto da Cidade também trouxe uma nova percepção do Plano Diretor, que deve unir o planejamento à gestão, incorporando os agentes produtores do espaço urbano (incluindo a população) de maneira participativa para definir as diretrizes do desenvolvimento urbano, incorporando à lei os instrumentos

urbanísticos acima citados. A propriedade urbana cumpre portanto sua função social quando atende às diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor (PEREIRA, 2002).

Tais mudanças no planejamento urbano buscaram tornar o acesso à cidade mais democrático, fazendo valer o direito à moradia digna. Os instrumentos criados têm a possibilidade de dificultar a especulação imobiliária, processo que torna o acesso à moradia urbana formal praticamente impossível para a população de baixa renda, atuando assim na redução da segmentação socioespacial.

Abramo (2003) analisa as intervenções focalizadas em favelas, dizendo que atuar na cidade como um todo e regular os preços do mercado formal podem diminuir a diferenciação socioespacial das favelas, enquanto as políticas territorializadas podem aumentá-la. Esta afirmação reforça, portanto, a necessidade de atuação do Poder Público municipal na regulação do processo de regulação do espaço urbano para enfrentar e reduzir a precariedade habitacional.

Durante a campanha do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi concebido junto com os movimentos sociais e a sociedade organizada o Projeto Moradia, que visava articular a política habitacional com a política de controle e recuperação de valorização fundiária e imobiliária. Além disso, o Sistema Nacional de Habitação (SNH), que propôs uma gestão mais democrática da política habitacional e urbana através de conselhos que definissem diretrizes de intervenção e alocação de recursos. No que diz respeito aos recursos, foi criado o Fundo Nacional de Habitação e retomou-se o financiamento para as classes médias pelo SBPE, liberando os recursos do FGTS para financiamentos de baixa renda, sendo liberado subsídio a fundo perdido vindo dos juros de investimentos do FGTS, o qual atenderia famílias de até 3 salários mínimos (ARAGÃO e CARDOSO, 2013; BONDUKI, 2004).

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, organizou a sequência ao Projeto Moradia e definiu a urbanização e a integração urbana dos assentamentos precários como um dos componentes e eixo prioritário da Política Nacional de Habitação, aprovada em 2004 (BRASIL, 2009). Este Ministério contava com quatro secretarias - Habitação; Saneamento; Transportes e Mobilidade; e Programas Urbanos - e uma equipe com experiência em administração local e vínculos com o Fórum Nacional da Reforma Urbana. No mesmo ano, foi aprovada a Medida Provisória 252, conhecida como “MP do bem”, que trouxe isenção fiscal na alienação

de imóveis quando o recurso fosse utilizado pelo vendedor para comprar outra residência. Além disso, a MP possibilita maior segurança de investimentos no setor imobiliário e mecanismos de renúncia fiscal que o beneficiaram (ARAGÃO e CARDOSO, 2013; BONDUKI, 2004).

Em 2007, o Governo federal implementou o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), com o objetivo de aumentar o desenvolvimento econômico do país através do investimento em obras de infraestrutura. Uma de suas linhas foi o PAC Urbanização de Favelas, que disponibilizou recursos para investimento em infraestrutura e habitação em espaços populares de moradia nos centros urbanos, atuando no enfrentamento da questão habitacional pela regularização de assentamentos e provisão de espaços públicos, a exemplo do Parque Guarituba, em Piraquara - PR (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

Uma nova fase da atuação do governo federal na questão habitacional tem início em 2008 a partir da crise econômica internacional que se iniciou nos Estados Unidos, e que exigiu uma resposta rápida do governo brasileiro. A decisão mais importante do governo para a presente análise foi o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, o qual trouxe novamente à política habitacional um elevado volume de recursos federais, como não havia desde o BNH. O Programa foi baseado no projeto piloto “habitação sustentável”, proposto pela Sinduscon do Rio de Janeiro no fim do governo FHC (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

O PMCMV se propunha a criar condições de ampliação do mercado habitacional para até 10 salários mínimos, prover um patamar de subsídio direto proporcional às rendas, aumentar o volume de crédito, diminuir os juros e criar o Fundo de Garantia da Habitação (FGH), que dispunha de recursos para os casos de inadimplência. Os recursos, no total 34 bilhões de reais, vieram do OGU (25,5 bilhões) e do FGTS (7,5 bilhões) e eram distribuídos proporcionalmente à estimativa do déficit habitacional dos Estados, havendo uma cota máxima de acesso aos recursos. A meta era construir 400 mil unidades habitacionais à população de 0 a 3 SM, 400 mil às de 3 a 6 SM e 200 mil às de 6 a 10 SM. Havia valores limites para a comercialização dos imóveis conforme a faixa de renda alvo, com diferentes níveis de subsídio para cada faixa, sendo integral para as famílias de 0 a 3 SM (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

Nesse programa, foi conferido ao setor privado um papel protagonista na sua execução, já que a demanda partia do mercado da construção civil para então ser aprovado pela Caixa Econômica. Essa lógica produziu um desequilíbrio no acesso, pois havia tanto cidades com muitos recursos mas nenhum interesse do setor privado, como cidades em que a demanda do setor era maior que a cota máxima dos recursos disponíveis (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

Também por conta do papel conferido ao setor privado, Aragão e Cardoso (2013) analisam que o programa está subordinado à lógica do mercado imobiliário, cuja consequência é a produção de habitação de baixa qualidade, quase sempre verticais e em série, em terrenos afastados e desprovidos de serviços e que são utilizados como ferramentas para a valorização imobiliária. Tal prática visa a redução de custos e leva à expansão periférica da cidade, obrigando o Estado a levar infraestrutura e serviços a áreas afastadas, não induzindo a utilização dos terrenos e imóveis com infraestrutura completa, em especial os vacantes nas áreas mais centrais por conta da especulação imobiliária (ARAGÃO e CARDOSO, 2013).

Sendo a construção civil um dos principais capitais urbanos apresentados por Marques (2016), a política habitacional atual comprova a afirmação de que a este capital, bem como ao da produção da cidade, foi conferido historicamente um papel econômico de destaque no Brasil, bem como a de que a autonomia do setor privado na provisão de habitação popular se intensificou com as cartas de crédito e o PMCMV, ainda que sua execução já fosse tradicionalmente privada (MARQUES, 2016). Consequência disso é que a única solução oferecida pelo Governo federal no enfrentamento da questão habitacional se realiza via iniciativa privada e através da construção de novas unidades verticais, que em geral não apresentam os elementos mínimos da moradia digna. Além disto, os recursos destinados à urbanização de favelas foram reduzidos com o PMCMV (ARAGÃO e CARDOSO, 2013; BRASIL, 2009).

Conclui-se que, apesar do reconhecimento desse direito social, a inadequação dos assentamentos e o déficit habitacional ainda são grandes problemas para as cidades brasileiras, inclusive entre as moradias produzidas pelas políticas estatais (BRASIL, 2009).

Entende-se por inadequados os assentamentos carentes de infraestrutura, excessivamente adensados, com problemas de natureza fundiária, em alto grau de

depreciação ou sem unidade sanitária domiciliar exclusiva. O déficit habitacional quantitativo é caracterizado pelos domicílios rústicos (demandam reposição total do estoque), improvisados ou habitados por mais de uma família (demandam incremento de estoque), além do ônus excessivo com aluguel - situação onde famílias urbanas com renda de até 3 salários mínimos usam mais de 30% desta para pagar aluguel. Este déficit, portanto, está mais relacionado às características das moradias habitadas pela população de baixa renda, precariedade espacialmente presente nos espaços informais (BRASIL, 2009).

Devido ao elevado número de mulheres chefes de família e às diferentes relações da mulher com o espaço de moradia, historicamente ignoradas por análises universais centradas no homem, faz-se necessário um estudo mais preciso acerca da inadequação dos assentamentos populares, o qual se faz no tópico a seguir.

2.2 A MULHER COMO AGENTE NA PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE MORADIA

Segundo o Censo (2010), as mulheres são chefes de família em 37,25% dos domicílios brasileiros. Das famílias residentes em áreas urbanas do país, 54,38% são compostas por mulher sem cônjuge com filhos, 96,65% das quais possuem rendimento mensal entre zero e 2 salários mínimos[2].

Com base nesses dados, pode-se afirmar que as mulheres chefes de domicílio têm grande importância nos domicílios de baixa renda no Brasil. Sendo assim, as políticas habitacionais deveriam levar em consideração a relação da mulher com o espaço popular de moradia, que difere da dos homens principalmente, pelas relações de amor e honra com o espaço cotidiano na periferia (SILVA, 2007).

Silva (2007, p. 120), sustentada pelas ideias de Bondi[3] (1992) afirma que "o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos", de modo que a produção do espaço urbano pela ótica masculina, materializada no planejamento urbano funcionalista e racionalista, acentuou a divisão sexual do trabalho ao separar áreas comerciais, industriais e residenciais, aprisionando as mulheres a determinados lugares. Conclui, portanto, que "a leitura da distribuição

---

[2] Salário mínimo no Brasil em janeiro de 2010: R$ 510,00.

[3] BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. In: **Progress in Human Geography.** London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.

funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço", ou seja, confirma que a ótica feminina tem sido ignorada. Baseada nas ideias de Huxley e Winchester[4] (1991), a autora afirma também que:

> […] os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade (SILVA, 2007, p. 120).

Dessa forma, Ferreira e Silva (2017, p. 6) afirmam que "[…] às mulheres é reservado o papel de turista, em cidades construídas para os homens e urbanizadas de acordo com o deslocamento deles pelas ruas, calçadas, praças etc.". Silva (2007), entretanto, traz também as ideias de Rose[5] (1993) e Mc Dowel[6] (1999), as quais rejeitam a vitimização das mulheres e demonstram as potencialidades e os espaços de poder por elas estabelecidas.

> Na abordagem de Rose (1993), o território possui suas diferenciações internas e, no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exercem uma pressão para influenciar a ordem estabelecida (SILVA, 2007, p. 123).

Com base nessa ideia de espaço paradoxal, compreende-se a participação ativa das mulheres nas lutas pelo acesso aos serviços e infraestrutura junto ao Poder Público (SILVA, 2007), como pode-se ver no documentário "Dia de Festa", o qual mostra quatro mulheres líderes do Movimento Sem Teto do Centro de São Paulo (MSTC-SP) e na participação feminina em mutirões de construção de moradia autogeridos, em Americana (FERTRIN, 2008). A ação política ativa das mulheres sustenta suas vidas cotidianas e pode enfraquecer a condição da dominação masculina, trazendo esperanças na possibilidade de mudança da realidade atual,

---

[4] HUXLEY, M.; WINCHESTER, H. P. M. Residencial differentiation and social reproduction: the interrelations of class, gender, and space. In: **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 9, n 2, Great Britain: Pion Limited, 1991.

[5] ROSE, Gillian. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge.** Cambridge: Polity Press, 1993.

[6] MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

através também de políticas públicas que reconheçam as questões de gênero (SILVA, 2007).

Para se colocar a mulher no centro da produção da cidade, entretanto, deve-se questionar também o modo como se tem produzido conhecimento e construído políticas públicas no Brasil. Sobre isto, Rago (1998) apresenta as epistemologias feministas, baseadas nas críticas feministas sobre as relações de poder constitutivas da produção dos saberes:

> […] os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental (RAGO, 1998, p. 4).

Como nova proposta de produção de conhecimento que caminhe junto às outras - e não superior a elas -, a epistemologia feminista adota uma nova relação entre teoria e prática, onde se assume a subjetividade do agente epistêmico. Este não é mais tratado como isolado no mundo, isento e imparcial, produtor de um conhecimento neutro e livre de interferências subjetivas (RAGO, 1998). Como contraproposta, a epistemologia feminista traz:

> Uma nova idéia da produção do conhecimento: não o cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social, mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto. Reafirma-se a idéia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo (RAGO, 1998, p. 11 e 12).

A partir dessa perspectiva, não se deve produzir conhecimento sobre a ótica da mulher de baixa renda nos espaços populares de moradia isoladamente, sem interação com aquelas que vivem nessa realidade, nem vê-las como objetos de estudo, mas sim sujeitos ativos na produção do conhecimento (RAGO, 1998). A partir disto, sustenta-se a ideia de integrar às políticas públicas, além do olhar de gênero, uma participação popular mais ativa do que se tem feito.

Em seu estudo sobre a periferia pobre de Ponta Grossa, Silva (2007) identifica amor e honra como elementos do espaço cotidiano feminino. O amor tratado é o amor-paixão, de concepção ocidental, o qual sustenta o contrato

matrimonial e os deveres estabelecidos entre os cônjuges. Entre esses deveres, está o desempenho do papel feminino da maternagem. Os reduzidos deslocamentos das mulheres de baixa renda estão relacionados a este papel (casa, trabalho, creche, escola, mercado, etc.), e não a seus interesses particulares, de modo que estas têm uma vivência reduzida do espaço total da cidade (SILVA, 2007).

Como o Poder Público pouco tem resolvido os problemas enfrentados por essas mulheres, elas são mais dependentes das relações de vizinhança, que constituem uma rede de solidariedade alimentada por relações sociais, que apresentam códigos particulares de trocas e são "marcadas pela pessoalidade que exerce um controle eficaz sobre os membros de sua coletividade que materializa nos espaço de sociabilidade locais, como a escola, a igreja, o posto de saúde" (SILVA, 2007, p. 128).

Essas redes de solidariedade, relações de vizinhança e espaço cotidiano, sustentam-se a partir dos códigos de honra, segundo elemento destacado na análise de Silva (2007), sobre o qual afirma:

> Instituiu-se, como valores e regras de conveniência locais, a complementaridade entre o papel provedor masculino e o da mulher 'virtuosa' em relação à sua sexualidade e no cuidado com a família. O controle do espaço social tem se dado a partir destes códigos, e a transgressão feminina resulta, muitas vezes, em violência no espaço privado […] (SILVA, 2007, p. 130).

Quando a mulher não respeita esses códigos, profana a honra masculina e perde a respeitabilidade coletiva, sendo portanto excluída das redes de solidariedade. O papel provedor do homem, por sua vez, provoca uma relação de dependência e hierarquia da mulher em relação a seu cônjuge; e quando há o divórcio, é comum que os homens parem de contribuir financeiramente na criação de seus filhos por acreditarem não ter mais esse dever, já que a contrapartida feminina é cessada (SILVA, 2007).

Resultado disso é a predominância de famílias constituídas de mulheres com filhos sem cônjuges, abandonadas financeiramente, em desvantagem econômica (visto que a mulher brasileira recebe 76,5% do que o homem, segundo o Censo de 2010), e que por isso estabelecem forte dependência das redes de solidariedade (SILVA, 2007).

Como propostas para atender às necessidades cotidianas dessas mulheres, Ferreira e Silva (2017) apontam espaços movimentados, com usos diversificados que atendam às necessidades de todo o tipo de usuários e “olhos da rua”, sendo estes últimos a conexão visual entre os moradores com os transeuntes, através de janelas e sacadas, de modo a assegurar maior segurança às mulheres que por ali passam. As suas análises indicam ainda que "mulheres fazem mais viagens em períodos mais curtos do que os homens, seja utilizando o transporte público, o individual ou a pé”, apontando a necessidade de uma mobilidade mais flexível, com transporte público que atenda à demanda e oferte uma maior diversidade de linhas e horários. Afirmam também que "a existência de ciclovias confortáveis e seguras poderia aumentar a presença feminina nesses corredores de transporte, facilitando seus deslocamentos e às possibilitando maior flexibilidade” (FERREIRA e SILVA, 2017, p. 10).

Os autores ainda alertam para as medidas segregativas, as quais acreditam não ser a melhor solução para resolver a problemática, sustentando que, ao atender às demandas femininas, pode-se atender também às de outras parcelas segregadas da sociedade. Acreditam que “[…] se uma cidade mostra-se segura e aberta à participação do público feminino, há também uma tendência de que ela seja segura e agradável para todas as outras parcelas da população” (FERREIRA e SILVA, 2017). Tal pensamento vai de encontro com o de Angela Davis (2017), que comparava as demandas feministas a uma pirâmide, onde atender às da ponta (mulheres brancas de classe média) afetaria apenas a este grupo, mas intervir nas da base (mulheres de minorias étnicas e brancas de classe baixa) afetaria a todas.

Acreditando que a não realização ou a violação do direito à moradia têm consequências específicas às mulheres, as quais não se verificam da mesma forma para os homens, a Relatoria da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada aponta sete elementos necessários para fazer valer o direito à moradia e a vida das mulheres: a) segurança da posse; b) habitabilidade; c) disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; d) localização adequada; d) adequação cultural; e) não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; e f) custo acessível (ROLNIK, 2011).

Em relação à segurança da posse, todas as pessoas devem ter o direito de morar de forma estável e segura, mas o fato da propriedade da terra e da moradia

estar majoritariamente nas mãos dos homens ameaça o direito das mulheres à moradia. Tal problemática se intensifica nos casos de divórcio, acesso a programas de crédito e empréstimos e casamentos precoces, polígamos ou religiosos, formas que não são reconhecidas junto às autoridades (ROLNIK, 2011). A cartilha alerta ainda que:

> Para as mulheres vítimas de violência doméstica, a insegurança da posse da terra e da habitação pode ser fatal: muitas não conseguem pôr um fim à relação com o agressor por não verem alternativa viável de habitação para si e para seus filhos (ROLNIK, 2011, p. 11).

Uma das medidas brasileiras tomadas nesse sentido foi a apresentação à Câmara Federal do projeto da Agência Municipal de Habitação (Emha) de Campo Grande , o qual prevê a destinação de 5% das casas de programas populares a mulheres vítimas de violência (NUCCI, 2017).

O segundo elemento diz respeito à habitabilidade, a qual implica que a moradia apresente proteção contra frio, calor, chuva, vento, umidade, ameaças de incêndio, desmoronamento, inundação e qualquer outro fator que ponha em risco a saúde e a vida dos moradores; tamanho e número de cômodos condizentes com o número de moradores; e espaços adequados para armazenamento e realização das atividades domésticas. Como as mulheres são tradicionalmente responsáveis pelos cuidados domésticos e familiares, as condições de habitabilidade das moradias afetam diretamente a sua saúde e qualidade de vida, além do que a falta ou insuficiência de cômodos nas habitações ameaçam sua privacidade e as tornam mais vulneráveis a situações de violência sexual (ROLNIK, 2011).

A disponibilidade de serviços (transporte público, limpeza, coleta de lixo), infraestrutura (redes de água, saneamento básico, gás, energia elétrica) e equipamentos públicos (escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer) afeta mais as mulheres por estas dedicarem mais tempo às atividades domésticas que os homens, de modo que a sua ausência ou insuficiência "reduz o tempo disponível das mulheres para se dedicarem a outras atividades que garantam sua independência, além de impor maior desgaste físico” (ROLNIK, 2011, p. 15).

Esse elemento se relaciona com o da localização adequada, o qual diz respeito à oferta de oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social próximas à moradia - empregos e fontes de renda; meios de sobrevivência;

transporte público; supermercados; farmácias; correios; e outras fontes de abastecimento básicas (ROLNIK, 2011).

Sobre a adequação cultural, a cartilha da ONU critica os modelos homogêneos aplicados atualmente, os quais ignoram as dimensões sociais e culturais, e afirma que:

> A forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção devem expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores e moradoras. Reformas e modernizações devem também respeitar as dimensões culturais da habitação (ROLNIK, 2011, p. 18).

A não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, além de afetar diretamente às mulheres (mulheres idosas, com HIV, viúvas, com deficiência, com doenças crônicas, mães solteiras, chefes de família, lésbicas, transexuais, travestis, vítimas de violência doméstica, de desastres, imigrantes, deslocadas dentro de seu próprio país) as afeta indiretamente por ser culturalmente conferido a elas o papel de cuidado com crianças, idosos e pessoas com deficiência (ROLNIK, 2011; SILVA, 2007).

Por último, o custo da moradia não deve comprometer o orçamento familiar nem o atendimento de outros direitos humanos, além dos gastos com manutenção da casa não deverem ser muito onerosos. O custo acessível da moradia é diferente para as mulheres porque elas não têm a mesma condição de inserção no mercado de trabalho formal que os homens têm, o que acarreta em menor acesso a direitos trabalhistas, além de seus salários ainda serem mais baixos que o dos homens (ROLNIK, 2011). Este problema é de extrema importância para as mulheres vítimas de violência doméstica:

> O alto custo da moradia contribui para que essas mulheres, muitas vezes com filhos, permaneçam na casa do agressor. Muitas das que conseguem sair deste ciclo acabam se tornando moradoras de rua, dada a indisponibilidade de moradias de baixo custo ou de outras alternativas, como abrigos especiais. Nestes casos, garantir o custo acessível da moradia significa não apenas proteger o direito das mulheres à moradia adequada, mas também a integridade física e psicológica dela e dos seus filhos (ROLNIK, 2011, p. 22).

A distinta relação entre a mulher e os espaços populares de moradia informal, a dificuldade do acesso da mulher à moradia formal e as políticas habitacionais que produzem habitação de interesse social em áreas afastadas dos

equipamentos e infraestrutura que podem aumentar a independência feminina são apontadas como possíveis causas para o maior engajamento feminino nos movimentos sociais por moradia e justificam seu reconhecimento como importante agente na produção do espaço de moradia.

Os sete elementos apresentados são, portanto, de suma importância para o acesso ao direito das mulheres à moradia. A partir do exposto, no próximo capítulo apresenta-se dois casos em que a participação feminina na produção da moradia é destacada.

3 ANÁLISE DE CASOS CORRELATOS

Foram escolhidos dois casos correlatos para análise da presente monografia: o conjunto habitacional vienense Frauen Werk Stadt I, de 1997; e o Mutirão Jardim dos Lírios/Parque da Liberdade, inserido no contexto da experiência de Americana (SP) e finalizado em 2007. Para tal seleção, foram buscadas experiências que tivessem relação com o envolvimento da mulher na produção do espaço de moradia, em contextos sócio-culturais e escalas de intervenção diferentes - a de projeto arquitetônico e a de desenho urbano.

O Frauen Werk Stadt I é um conjunto habitacional idealizado por mulheres e para mulheres, trazendo contribuições no olhar para a mulher enquanto usuária do espaço de moradia. O projeto traz soluções para as necessidades cotidianas femininas em sua organização espacial, oferta de serviços, usos e tipologia de plantas.

O caso de Americana está inserido em um contexto muito similar ao do Guarituba: ambos se situam na Região Metropolitana de importantes Municípios brasileiros e, apesar de não fazerem limite com os pólos, têm importante atuação na dinâmica destes. Primeiro, a experiência do Município desde a década de 1970 é brevemente apresentada para se compreender a importância da cultura dos mutirões, partindo-se então à análise da intervenção feita nos bairros Jardim dos Lírios e Parque da Liberdade. A questão do gênero aparece ao longo do processo do mutirão, onde a participação feminina é destacada e estudada.

Ambos os casos são analisados conforme os sete elementos do direito à moradia e à vida das mulheres, apontados por Rolnik (2011) em cartilha da ONU: a) Segurança da posse; b) Habitabilidade; c) Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; d) Localização adequada; e) Adequação cultural; f) Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; e g) Custo acessível da moradia.

Além disso, procura-se verificar se os resultados das intervenções configuram moradia digna, conforme o Texto Constitucional de 2000[7], o qual aponta a necessidade desta apresentar: redes de infraestrutura; acesso a equipamentos de saúde, segurança, cultura e lazer; instalações sanitárias adequadas; condições

---

[7] O ano de 2000 corresponde à data em que a moradia digna foi inserida como direito na Constituição de 1988.

mínimas de conforto e habitabilidade; utilização por uma única família; e o mínimo de um dormitório permanente para cada dois adultos.

Por fim, são destacadas as contribuições que ambos os casos apresentados trazem ao desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação proposto.

3.1 FRAUEN WERK STADT, VIENA

O conjunto habitacional Frauen Werk Stadt I (Mulheres da Cidade do Trabalho) (FIGURA 1) foi o primeiro produto de uma série de concursos abertos pela Oficina das Mulheres de Viena, Áustria, a qual buscava refletir sobre como seria um distrito planejado a partir da perspectiva das mulheres (CORADIN, 2014). Finalizado em 1997, o projeto de 2,3 ha. está localizado a nordeste do Município, cruzando o rio Danúbio (FIGURA 2).

FIGURA 1 - FOTO DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I

FONTE: Renata Coradin (2014).

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I

FONTE: Adaptado de Franziska Ullmann (2000).

Situado no distrito de Donaustadt, na fronteira com o distrito de Floridsorf a Oeste, o conjunto está inserido em uma região majoritariamente residencial, a qual possui diversos jardins e parques. Encontra-se entre duas ruas e serve de conexão entre elas, criando espaços públicos (FIGURA 3). São seus limites: a Norte, uma vila; e a Sul, a importante avenida Donaulfelder, abastecida por quatro linhas de transporte público - uma de ônibus e três de bonde elétrico. Há nas proximidades uma estação ferroviária, mercado, comércio, serviços, pequenas indústrias, um parque, uma praça e um campus Universitário de saúde (ALGABA et al., 2014).

FIGURA 3 - IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I

FONTE: Adaptado de Franziska Ullmann (2000).

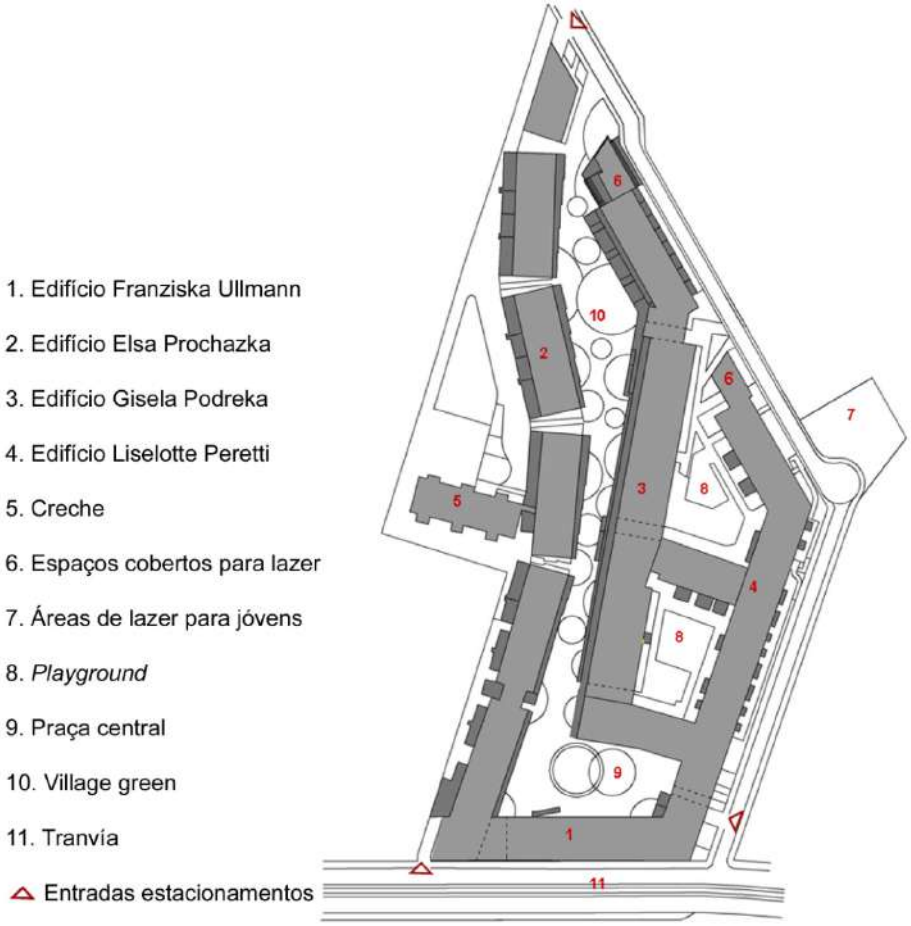
A proposta foi elaborada pela arquiteta Franziska Ullmann e complementada pelo projeto paisagístico de Maria Auböck e pelos projetos arquitetônicos de Gisela Podreka, Elsa Prochazka e Liselotte Peretti, cada qual foi responsável por um dos outros três edifícios residenciais que compõem o conjunto, além do projetado pela própria Ullmann. Objetivando abranger as questões de gênero com segurança, foco no pedestre, conexão com transporte público, diversidade de famílias, coerência com as questões do lar e do trabalho e foco nas crianças, o ponto de partida da arquiteta foi o desenho dos fluxos, áreas abertas internas e aberturas de passagem (CORADIN, 2014).

O projeto atende a aproximadamente 1000 pessoas, totalizando 359 apartamentos, dos quais 179 são destinados ao Município e 180 à Associação de Habitação de Empregados Privados (GPA) (ULLMANN, 2000). Tem estrutura em grade de pilar e viga de concreto, de modo a permitir a entrada de luz no térreo e primeiro pavimento, eliminando áreas escuras (ALGABA et al., 2014; CORADIN, 2014). Seu programa é composto por:

- Quatro edifícios residenciais (Edifício Franziska Ullmann, Edifício Elsa Prochazka, Edifício Gisela Podreka e Edifício Liselotte Peretti);
- Uma creche, posicionada de modo a permitir que as mães deixem seus filhos no caminho aos pontos de transporte público;
- Dois espaços cobertos para lazer, na extremidade Leste;
- Uma área aberta de lazer para jovens, na extremidade Leste;
- Dois playgrounds, protegidos pelos edifícios residenciais;
- Uma praça central, próxima ao acesso Sul;
- Village Green (praça verde), próxima ao acesso Norte;
- Zonas comerciais, no térreo dos edifícios;
- Estacionamento subterrâneo; e
- Um posto policial e um de atendimento de saúde, junto à avenida, na extremidade Oeste.

Os acessos do conjunto se conectam nos eixos desenhados por Ullmann e são exclusivos a pedestres, havendo três entradas aos estacionamentos subterrâneos, uma em cada rua que limita o terreno (CORADIN, 2014) (FIGURA 4).

FIGURA 4 - PROGRAMA DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I



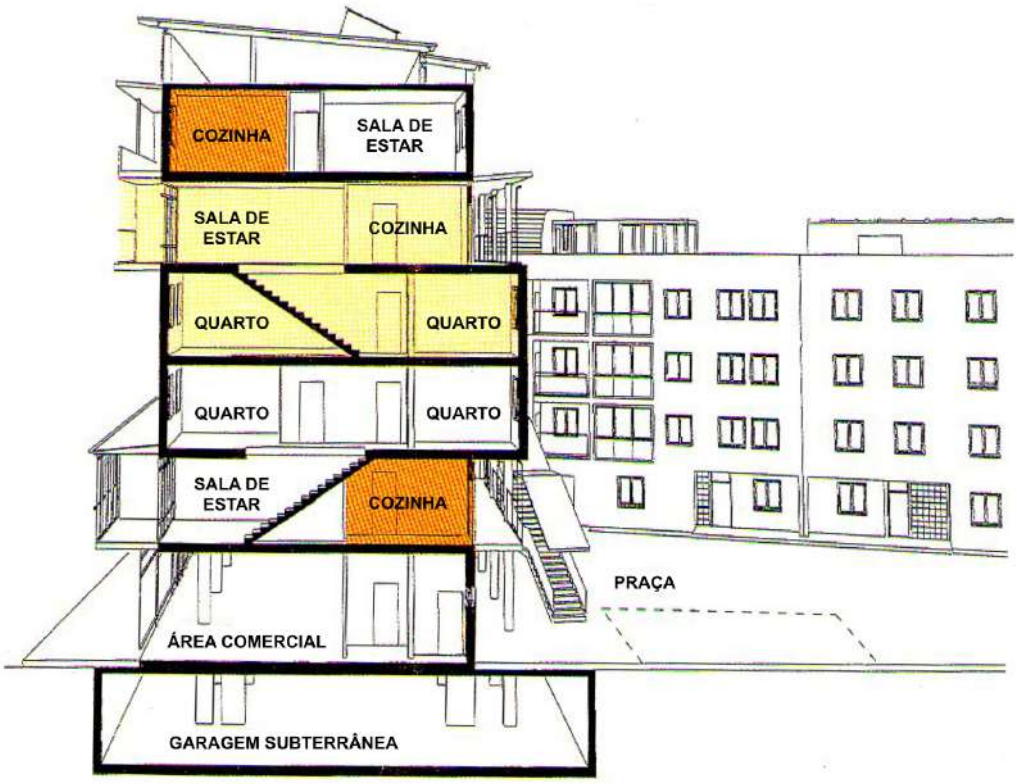
FONTE: Renata Coradin (2014).

No projeto dos edifícios, a questão do gênero é tratada pela existência de espaços para guardar objetos grandes, como carrinhos de bebê e bicicletas; tipologias flexíveis de planta (FIGURA 5); fachadas alternadas, conferindo movimento constante em ambos os lados do edifício (FIGURA 6); sacadas e janelas para o controle visual dos usuários dos espaços semi-públicos projetados e cuidado das crianças; grandes cozinhas, com janelas que permitem a entrada de luz natural e a conciliação entre as tarefas domésticas com a atenção às crianças (ROLNIK, 2011). Além disso, destaca-se o fato dos primeiros andares serem reservados a jovens estudantes (mini-lofts de 40m2) e os demais, pensados de modo a incluir as necessidades especiais das idosas (ALGABA et al., 2014). Assim sendo, as habitações buscam atender à maior diversidade de moradoras possível.

FIGURA 5 - TIPOLOGIAS DE PLANTA DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I

FONTE: Eva Kail (2001), in Renata Coradin (2014).

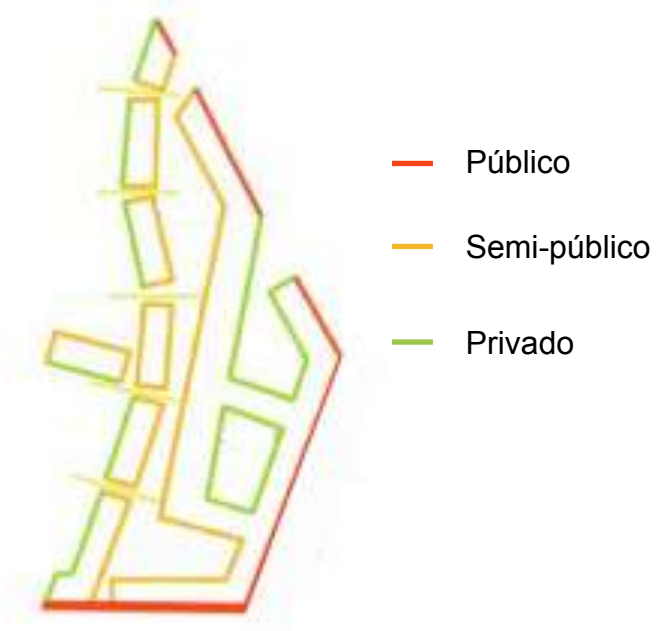
FIGURA 6 - CORTE ESQUEMÁTICO DO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I



FONTE: Eva Kail (2001), in Renata Coradin (2014).

Destaca-se o cuidado no projeto de fachadas públicas, semi-públicas e privadas, de modo a garantir a segurança tanto das crianças menores, protegidas em ambiente privado, quanto das crianças maiores e mulheres, cuidadas pelos “social eyes” nos movimentados ambientes semi-públicos (ALGABA et al., 2014; CORADIN, 2014) (FIGURA 7).

FIGURA 7 - RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO CONJUNTO FRAUEN WERK STADT I



FONTE: Adaptado de Franziska Ullmann (2000).

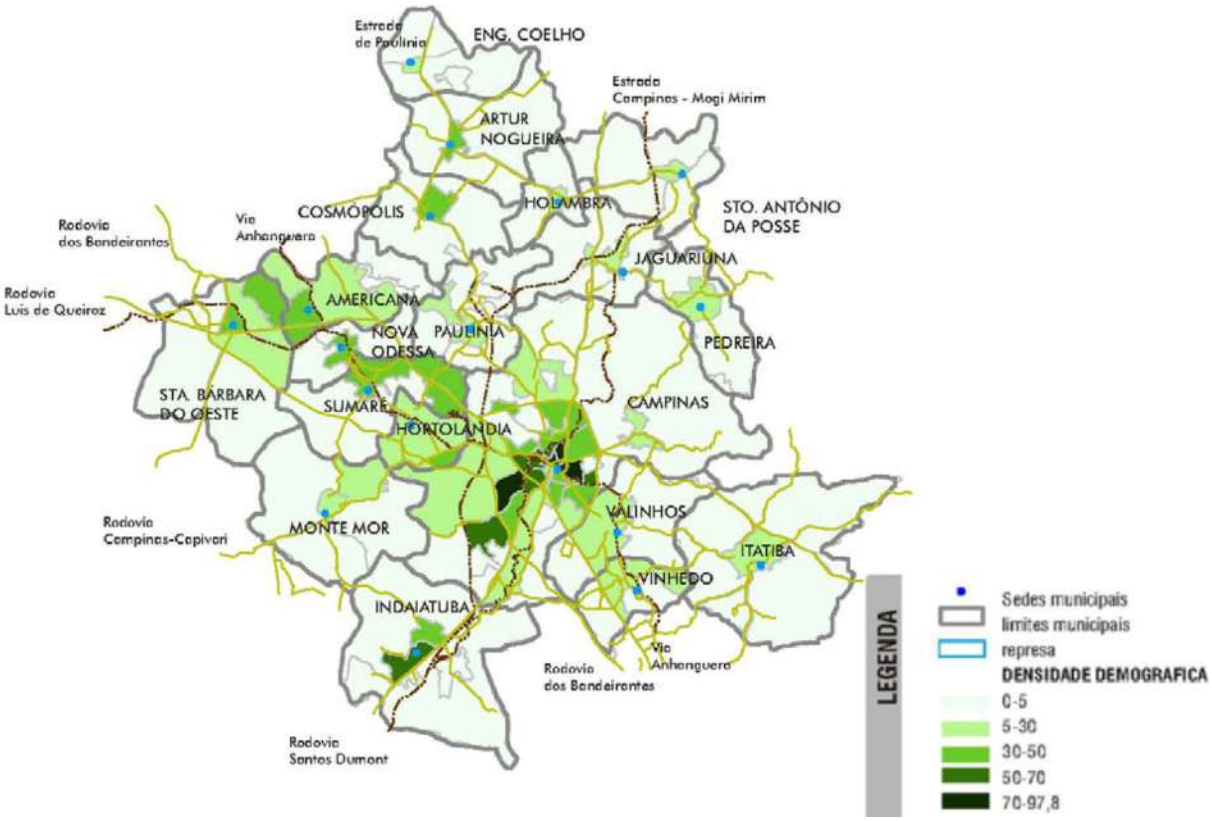
Com base em tais informações, pode-se afirmar que há localização adequada, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, adequação cultural e habitabilidade no Frauen Werk Stadt. Apesar de não terem sido encontrados dados referente ao custo da moradia, sabe-se que os aluguéis são priorizados a inquilinas, as quais ocupam a maior parte do conjunto (CECCATO, 2012). Assim sendo, o projeto atende aos sete elementos do direito à moradia e a vida das mulheres (ROLNIK, 2011).

Quanto à caracterização de moradia digna, os requisitos para tanto são atendidos, destacando-se apenas a falta de equipamentos de cultura próximos ao conjunto.

3.2 A EXPERIÊNCIA DE AMERICANA, SÃO PAULO

O Município de Americana está localizado na região Leste de São Paulo e faz parte da Região Metropolitana de Campinas, marcada por indústrias e centros universitários e de pesquisa, além do maior aeroporto de cargas do país. O Eixo 2, do qual este Município faz parte, apresenta uma das maiores densidades populacionais da RMC (FIGURA 8), estando Americana conurbada com Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa; cidades nas quais alguns americanenses fixam moradia, por conta do custo de vida mais baixo (AMERICANA, 2008). O Município apresenta a melhor qualidade de vida da RMC (PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA, 2007, in FERTRIN, 2008).

FIGURA 8 - DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/HA) POR MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS



FONTE: Secretaria dos Transportes Metropolitanos (2004), in Americana (2008).

Desde o desenvolvimento da indústria têxtil no Município, na década de 1950, o poder local já percebia a necessidade de estruturar sua política habitacional, mas o problema se agravou na década de 1970, com a interiorização do

desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo. Desta forma, Americana iniciou sua política habitacional durante a vigência do BNH, tendo seu primeiro conjunto habitacional de interesse social construído em 1978, pela COHAB Campinas: o Conjunto Habitacional Antônio Zanaga I, com 709 casas (AMERICANA, 2008).

O Município só passou a ser o promotor de sua produção habitacional com o programa PROFILURB, também financiado pelo BNH, para atender à população que não conseguia acessar a moradia pelos conjuntos da COHAB Campinas. Na mesma época, foi criada uma fábrica de tijolos de solo cimento para aqueles contemplados pelos lotes desse programa, resultado de parceria da Prefeitura com o movimento organizado de moradores que se formava na cidade. Enquanto a Prefeitura fabricava os materiais, os moradores eram responsáveis pela construção das unidades (AMERICANA, 2008). Assim sendo, mesmo após a extinção do BNH, o Município conseguiu dar continuidade às suas atividades, as quais priorizaram o desfavelamento. A compreensão desse contexto é importante para se entender o papel da autoconstrução e dos movimentos sociais por moradia em Americana.

O Plano Municipal de Habitação da Prefeitura de Americana (2008) divide a construção de sua política habitacional em três períodos:

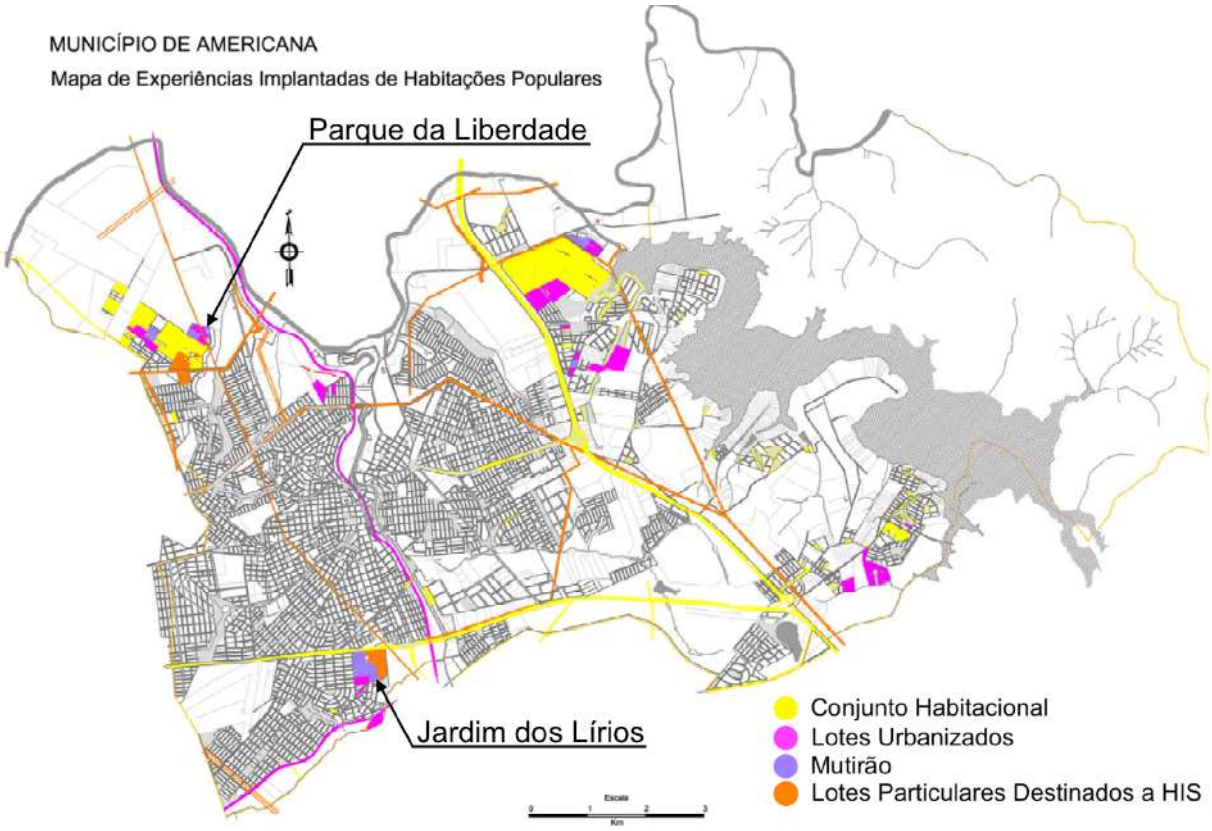
> Período entre 1978 e 1980 marcado pela produção habitacional através da COHAB-Campinas; Período entre os anos 1982 e 1993 tendo a Prefeitura de Americana como principal promotora da política habitacional e a partir de 1993 aos dias atuais, em que se consolida a produção através das parcerias entre Prefeitura e (a) sociedade organizada como através da ASTA, COOPERTETO e (b) órgãos públicos como CEF, COHAB Ribeirão Preto e CDHU (Americana, 2008, p. 29).

Há no Município, portanto, uma intensa produção de habitação de interesse social desde o fim da década de 1970, a qual continua até os dias de hoje, nos quais incorpora um olhar à sustentabilidade pela construção de casas ecológicas. Foram desenvolvidos 47 projetos de habitação popular de 1978 a 2008 - 2 no primeiro período, 19 no segundo e 26 no terceiro -, totalizando 5.799 casas, 4.505 lotes, 786 apartamentos, 32 abrigos, 132 módulos e 191 sobrados. Destes empreendimentos, 14 foram feitos no sistema de mutirão, correspondendo a 19,3% das casas e 100% dos sobrados. Os órgãos responsáveis por tais intervenções foram: a Prefeitura de Americana (todos, sendo 9 deles em parcerias entre esta e os demais agentes); a

Caixa Econômica Federal (8); a Cooperativa Nacional da Habitação e Construção - Cooperteto (4) e a empresa JetCasa (1) (AMERICANA, 2008).

Inseridas neste contexto estão as experiências de Mutirão no Parque da Liberdade e no Jardim dos Lírios (FIGURA 9), as quais deram moradia digna aos residentes no bairro Jardim dos Lírios com a participação ativa da população no processo, tanto no projeto quanto na construção das casas geminadas de habitação unifamiliar (FERTRIN, 2008). Estas foram entregues em 2007 e construídas com bloco cerâmico estrutural (FIGURA 10); mesmo material utilizado em outros conjuntos habitacionais localizados na região e que também seguiram o modelo de mutirão, como o Mutirão Jardim dos Lírios (2002), composto por 143 sobrados (FIGURA 11). Além desses conjuntos, o entorno urbano das intervenções conta com uma Escola Estadual (Parque da Liberdade) e uma Cooperativa de Trabalho de Produto Reciclável (Jardim dos Lírios).

FIGURA 9 - EXPERIÊNCIAS DE HABITAÇÕES POPULARES IMPLANTADAS EM AMERICANA (2008) E LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS JARDIM DOS LÍRIOS E PARQUE DA LIBERDADE, DE 2007



FONTE: Adaptado de Secretaria de Planejamento e Controladoria. Geoprocessamento e Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (2008), in Americana (2008).

FIGURA 10 - CASAS GEMINADAS NO CONJUNTO JARDIM DOS LÍRIOS

FONTE: Americana (2008).

FIGURA 11 - SOBRADOS NO CONJUNTO JARDIM DOS LÍRIOS

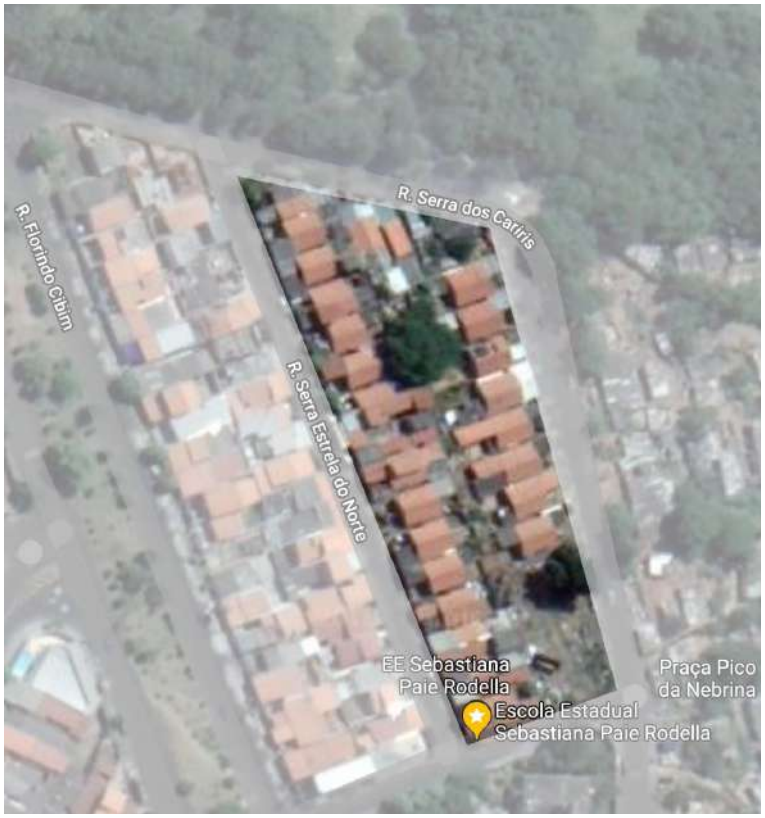
FONTE: Americana (2008).

O projeto atendeu 153 famílias no próprio bairro (FIGURA 12) e realocou as outras 92 para o Parque da Liberdade (FIGURA 13), utilizando recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Atuaram nesse processo o Governo Federal, a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura de Americana, a Equipe Técnica e os mutirantes (FERTRIN, 2008).

FIGURA 12 - CASAS CONSTRUÍDAS NO JARDIM DOS LÍRIOS - AMERICANA

FONTE: Adaptado de Google Maps (2018).

FIGURA 13 - CASAS CONSTRUÍDAS NO PARQUE DA LIBERDADE - AMERICANA



FONTE: Adaptado de Google Maps (2018).

Após serem selecionadas as famílias que participariam do programa, estas foram realocadas temporariamente em área de preservação ambiental próxima à região dos mutirões no Jardim dos Lírios. Para a realização do mutirão foi aprovado também um regimento interno, havendo reuniões periódicas entre a população e a equipe técnica (FERTRIN, 2008).

Os representantes de cada família deveriam contribuir com um número mínimo de horas no mutirão para terem sua habitação entregue posteriormente, o que apenas aconteceria quando as unidades do Parque da Liberdade também estivessem prontas. Como algumas não cumpriram tal requisito e foram eliminadas do programa, outras que não haviam participado do mutirão do Jardim dos Lírios foram inclusas, o que gerou revolta por parte da população atendida, resultando no acordo de que eles não mais precisariam participar do mutirão do Parque da Liberdade, apenas as novas integrantes. Vigílias noturnas para segurança das obras também eram responsabilidade distribuída entre os mutirantes (FERTRIN, 2008).

Apesar da população ter participado tanto na fase de projeto quanto na de construção, o resultado desagradou principalmente pelo tamanho das unidades, as quais não atendiam com conforto todas as diferentes composições familiares. Além disso, a falta de privacidade sentida levou à construção posterior de muros de divisas e portões, de acordo com a capacidade financeira de cada família (FIGURAS 14 E 15).

Tais adaptações, junto com adição de pavimento superior e revestimentos, está de acordo com o modelo de política habitacional criticado por Fertrin (2008), no qual os modelos padronizados exigem investimentos dos moradores, os quais muitas vezes não dispõem dos recursos necessários para tanto. Destaca-se também a adaptação de algumas unidades para uso misto, residencial e de comércio, para atender ao estilo de vida da população (FERTRIN, 2008).

A despeito da falta de conforto, habitabilidade, disponibilidade de serviços e equipamentos públicos e limitada adequação cultural, a intervenção apresenta alguns elementos da moradia digna e do direito à moradia e a vida das mulheres, como custo acessível, localização e instalações sanitárias adequadas, uma unidade por família, um dormitório permanente para cada dois adultos, infraestrutura e alguns equipamentos públicos.

FIGURA 14 - BLOCO DE CASAS POPULARES NO JARDIM DOS LÍRIOS DEZ MESES APÓS A OCUPAÇÃO DOS MORADORES, EM JANEIRO/2008

FONTE: Fertrin (2008).

FIGURA 15 - BLOCO DE CASAS POPULARES NO JARDIM DOS LÍRIOS EM MAIO DE 2011

FONTE: Google Street View (2011).

A participação feminina nos mutirões, entretanto, foi o principal motivo da escolha deste caso correlato, pois mesmo nas famílias em que os maridos eram os representantes, as mulheres acabaram participando mais ativamente das atividades.

Isto poderia ser explicado pelo fato de muitos desses homens trabalharem fora, mas mesmo quando foram abertas atividades aos sábados para possibilitar sua participação, a frequência masculina era muito baixa (FERTRIN, 2008). Segundo a autora, tal fenômeno "aponta que o trabalho não remunerado na obra pode ter sido visto por alguns homens como um trabalho feminino, uma extensão do trabalho doméstico e privado, embora fosse pesado” (FERTRIN, 2008, p. 56).

Ainda assim houve reconhecimento do trabalho feminino nas obras, mesmo que com resistência, principalmente entre os homens com menos de 40 anos. Mesmo os trabalhos considerados masculinos por serem “pesados” ou “perigosos" foram majoritariamente desempenhado por mulheres (FERTRIN, 2008).

> As mulheres mutirantes gostavam de relatar em detalhes sobre cada fase da obra de que participaram, refletindo o orgulho de realizarem sozinhas os trabalhos considerados masculinos. Para elas, o mutirão significou mais que a construção das casas. Naquela atividade elas se descobriram mais fortes e capazes, se uniram, fortaleceram a amizade, o respeito mútuo, o respeito por elas próprias (FERTRIN, 2008, p. 63).

O maior envolvimento feminino nos mutirões e movimentos sociais que lutam por moradia, em geral, tem entre suas razões a relação da mulher com a casa e sua percepção desta (FERTRIN, 2008).

> Para a mulher mutirante, tirar a família dos barracos havia se tornado uma “questão de honra”, um compromisso que deveria ser cumprido a qualquer custo, mesmo que fosse preciso enfrentar sozinha todas as dificuldades do processo de construção das casas (FERTRIN, 2008, p. 47).

Tal afirmação pode ser exemplificada pelo documentário Dia de festa (2005), o qual apresenta quatro mulheres líderes do Movimento Sem Teto do Centro de São Paulo (MSTC-SP), suas histórias e atuação na organização da ocupação de imóveis abandonados no centro da Metrópole. A participação feminina também é destacada no documentário Capacetes Coloridos (2007), o qual apresenta um mutirão autogerido de um conjunto habitacional de interesse social em São Paulo, comparando-o com a obra de um dos campi da USP, a qual apresentou organização convencional. Conclui-se, portanto, que o mutirão pode ser um forte instrumento de politização e capacitação feminina.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DOS CASOS CORRELATOS

Os casos correlatos analisados contribuem para o desenvolvimento do presente Trabalho Final de Graduação nos quesitos do protagonismo feminino, habitabilidade, mecanismos facilitadores do acesso à moradia pelas mulheres, segurança, disponibilidade de serviços e equipamentos públicos e envolvimento popular na produção do espaço de moradia.

Com base no apresentado, observa-se que a percepção de casa da mulher, diferente da do homem, faz com que seu envolvimento em movimentos sociais de luta por moradia e comprometimento com a provisão de moradia seja maior, além de apontar a necessidade de priorizar mulheres na equipe técnica de tais empreendimentos, trazendo valorização profissional às mulheres arquitetas e diversidade de soluções. O mutirão se torna uma alternativa interessante por conta de seu potencial para capacitar, fortalecer e politizar mulheres.

Nota-se, também, que os programas e disposições dos projetos devem levar em conta o cotidiano e as necessidades femininas: as plantas devem ser flexíveis para atender aos diversos tipos de família, não devem haver áreas escuras e devem ser projetados espaços de guardar grandes objetos do cotidiano e espaços de lazer para as crianças, os quais permitam sua supervisão enquanto as mães realizam os trabalhos domésticos.

Quanto aos mecanismos facilitadores do acesso à moradia pelas mulheres, conclui-se que ações que diminuam o custo das unidades habitacionais devem ser buscadas, tais quais o mutirão e as alternativas que não estão necessariamente vinculadas à propriedade privada, como o arrendamento e o aluguel de baixo custo. Deve-se garantir a segurança da posse às mulheres, priorizando inquilinas e compradoras.

Os casos mostram que a segurança da mulher e de seus dependentes pode ser assegurada pelas fachadas alternadas, espaços público-privados, concentração de fluxos e acessos, priorização do pedestre em detrimento do carro e janelas e sacadas (“social eyes”).

Os serviços e equipamentos públicos devem estar próximos às unidades habitacionais, facilitando os deslocamentos diários das diferentes usuárias do espaço de moradia, destacando-se creches, postos policias e de saúde, áreas de

lazer e equipamentos de cultura. A proximidade com pontos de transporte público também é de grande importância, facilitando a mobilidade das mulheres e aumentando sua independência.

Destaca-se, por fim, a importância do envolvimento popular tanto nas etapas de projeto quanto de construção da moradia, de modo que esta traduza seus anseios e necessidades, atendendo aos diversos tipos de usuárias e usuários e fortalecendo as relações de vizinhança e comunidade, além do ativismo sócio-político.

Para que seja possível realizar uma intervenção no Jardim das Orquídeas que aproveite os conceitos e contribuições dos casos estudados, o capítulo a seguir analisa a realidade do recorte espacial a ser trabalhado no semestre subsequente.

4 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

Este capítulo objetiva apresentar e interpretar dados físicos e sócio-espaciais referentes à área ocupada de uso urbano da Unidade Territorial de Planejamento Guarituba (UTP Guarituba), de modo a se compreender a realidade da mulher residente nesse espaço popular de moradia. Busca-se entender as necessidades, limitações e potencialidades existentes na área para se elaborar diretrizes de intervenção que estejam de acordo com as demandas da população, em especial a mulher, que a habita.

A escolha pelo Guarituba justifica-se pelo mesmo ter sido considerado a maior ocupação irregular da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), em 2002 (LAGANA, POLLI e PRESTES, 2016), além de estar situado no segundo município com mais de 26.000 mulheres em casos de feminicídio no Brasil, apresentando taxa de 24,4 casos por 100 mil mulheres, em 2010 (WAISELFISZ, 2012). Tais dados, junto ao número de mulheres chefes de família no Município, refletem a necessidade de se proporcionar maior qualidade de vida e justiça social para as mulheres residentes no Guarituba, tornando relevante a análise da produção de moradia nelas centrada.

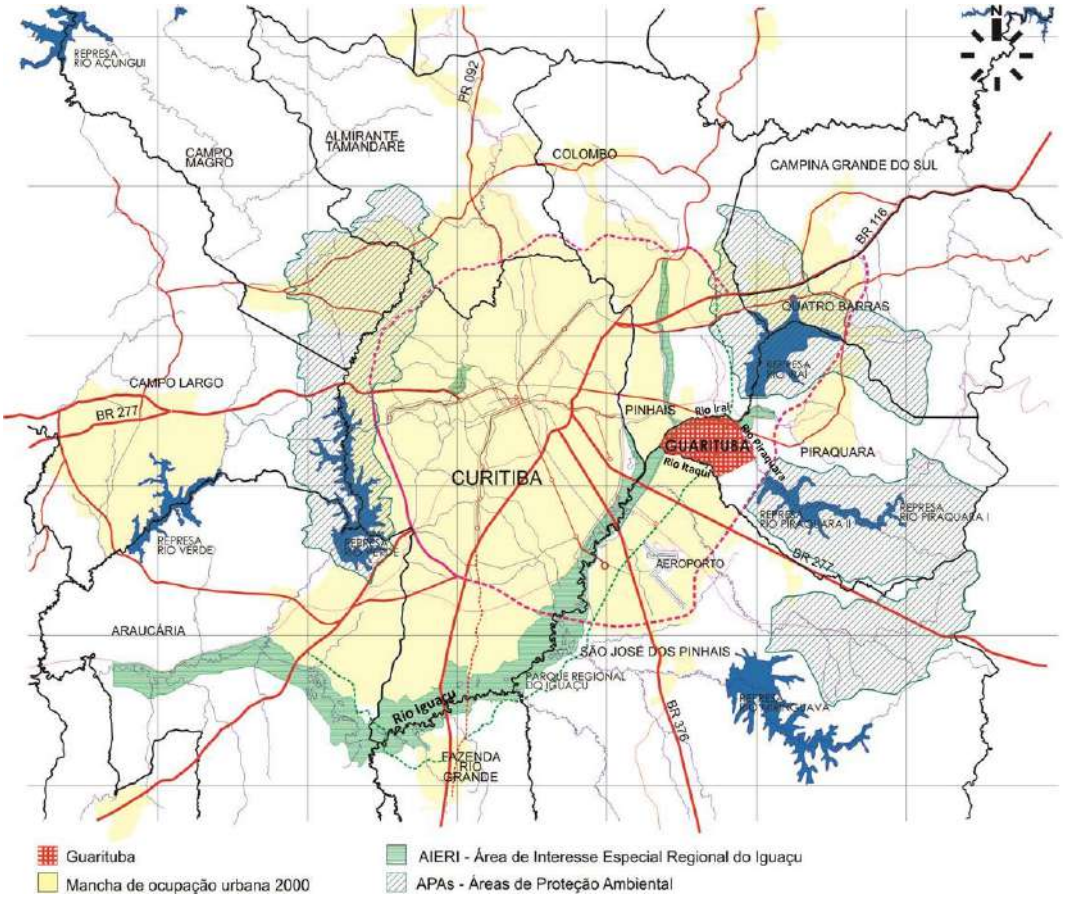
Recorta-se, na UTP Guarituba, a área ocupada de uso urbano para análise, sendo o Jardim das Orquídeas escolhido como área de intervenção por sua situação de fragilidade social e seu forte senso de comunidade, principalmente entre as mulheres. Apoia-se, portanto, no trabalho de análise desenvolvido por Nagamine (2017), aprofundando o aspecto da mulher.

Inicia-se a interpretação da realidade pela apresentação da região em que está inserida o Jardim das Orquídeas, que é o Guarituba: sua inserção metropolitana e municipal, evolução da ocupação urbana, características ambientais e zoneamento. Segue-se pela análise de seus componentes sócio-econômicos, tais como: densidade demográfica, constituição familiar, escolaridade, trabalho e renda. O capítulo é finalizado pela caracterização da ocupação urbana pela interpretação de dados espaciais referentes à infraestrutura urbana, oferta de equipamentos públicos, mobilidade e condições de moradia. Todos os componentes são interpretados com foco na mulher e no espaço popular de moradia, destacando-se, sempre que possível, a área do Jardim das Orquídeas.

4.1 APRESENTAÇÃO

O Guarituba está localizada no Município de Piraquara, criado em 1890, a partir de seu desmembramento de Curitiba (FIGURA 16). Está posicionado a Leste do Núcleo Urbano Central (NUC) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde se situava a Fazenda Guarituba, desde início do século XX. Nela era retirada a argila para a Fábrica de Cerâmica de Pinhaes, com a qual se conectava pela atual Rua Pastor Adolfo Weidmann. Apesar da fábrica ter sido fechada na década de 1960, foi a partir dela que nasceu a estreita relação entre o Guarituba e Pinhais, dificultada pela separação deste distrito de Piraquara, em 1992 (NAGAMINE, 2017). Além desse impacto, o desmembramento provocou a diminuição expressiva da população em Piraquara, modificou a proporção entre população urbana e rural, aumentou a distância entre o Município e o centro de Curitiba e diminuiu a arrecadação de impostos, entre outras consequências.

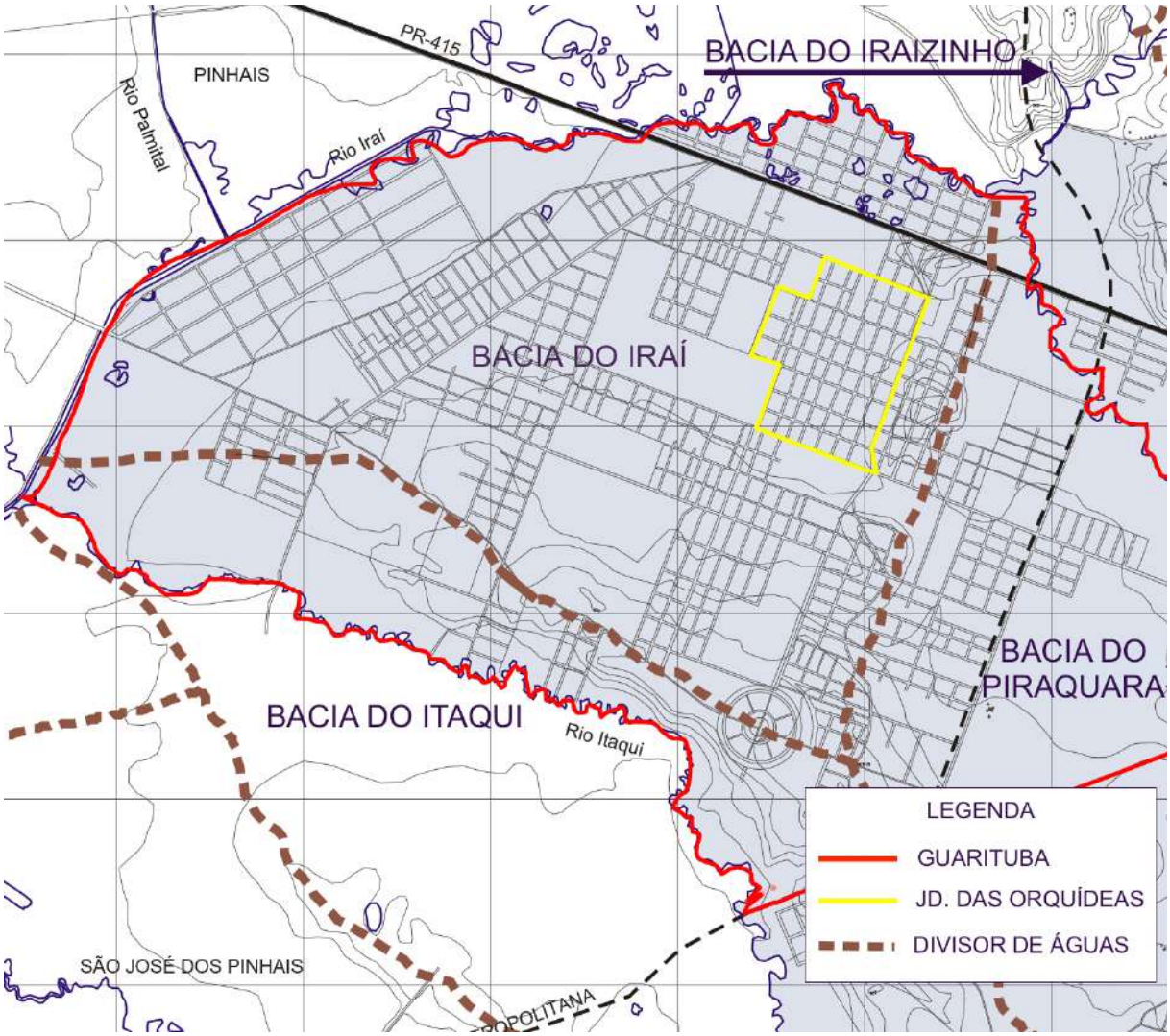
FIGURA 16 - LOCALIZAÇÃO DO GUARITUBA NA RMC



FONTE: Nagamine, 2017, adaptado de COMEC (1999a).

Utiliza-se o mesmo recorte feito por Nagamine (2017), o qual deriva da área pertencente à Fazenda Guarituba, de 12,8 km², inseridos nos 29,56 km² da UTP; e faz divisa com os Municípios Pinhais e São José dos Pinhais. Está contida nas Sub-bacias Iraí, Piraquara e Itaqui (FIGURA 17), de modo que tem sido vista pelo planejamento urbano, desde o Plano de Saneamento de Curitiba de Saturnino Brito (1920 - 1921), com um olhar de preocupação referente à proteção ambiental desses mananciais (NAGAMINE, 2017). A região tem baixa declividade, como pode ser observado pelas curvas de nível indicadas no mapa abaixo, característica que será determinante no padrão de ocupação e conflitos sócio-ambientais decorrentes da urbanização nela presente. Destaca-se em amarelo o Jardim das Orquídeas, situado na sub-bacia do Iraí, a oeste da Rua Herbert Trapp e a sul da Rodovia PR-415.

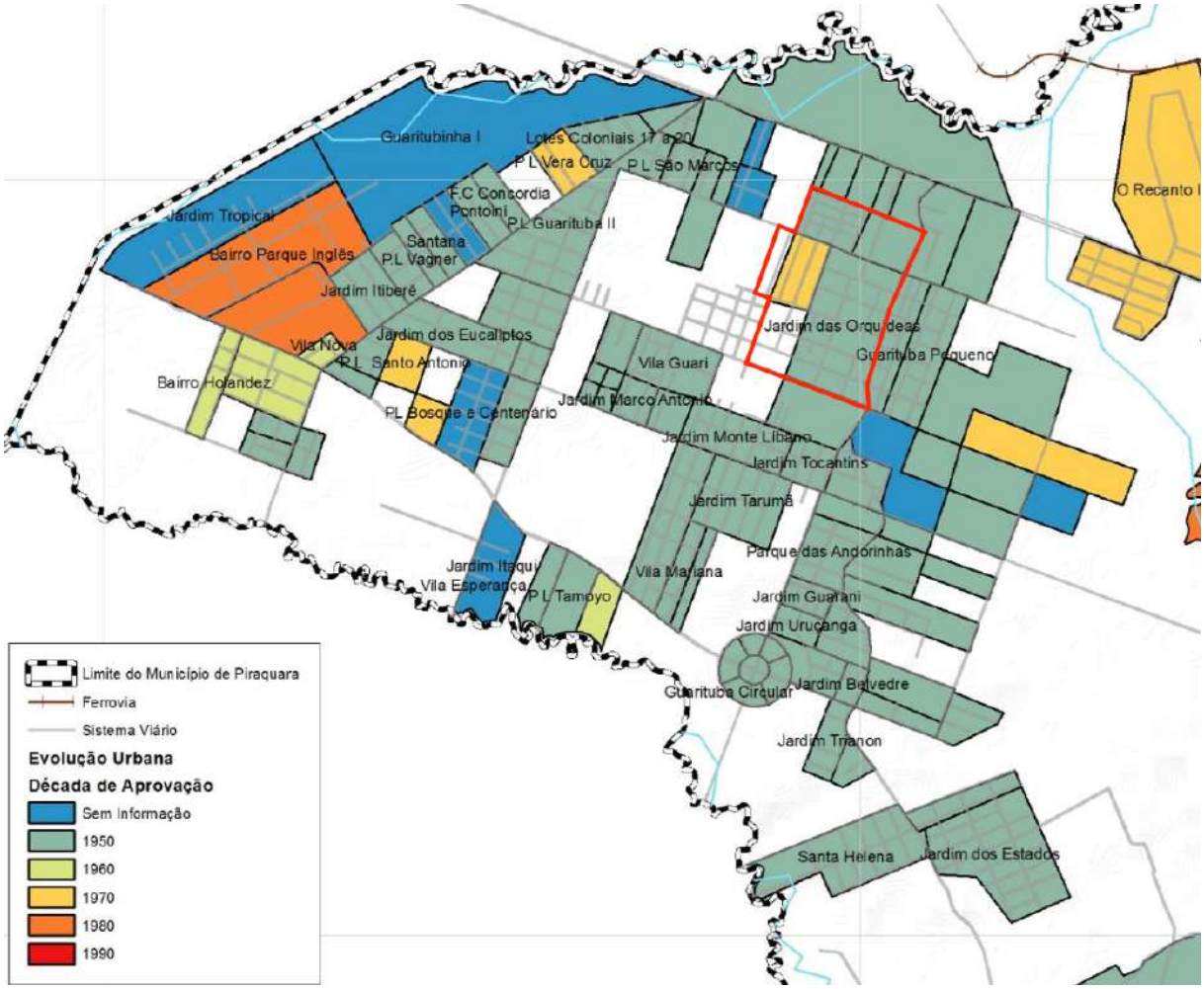
FIGURA 17 - BACIAS HIDROGRÁFICAS NO GUARITUBA



FONTE: Adaptado de COMEC (1999a).

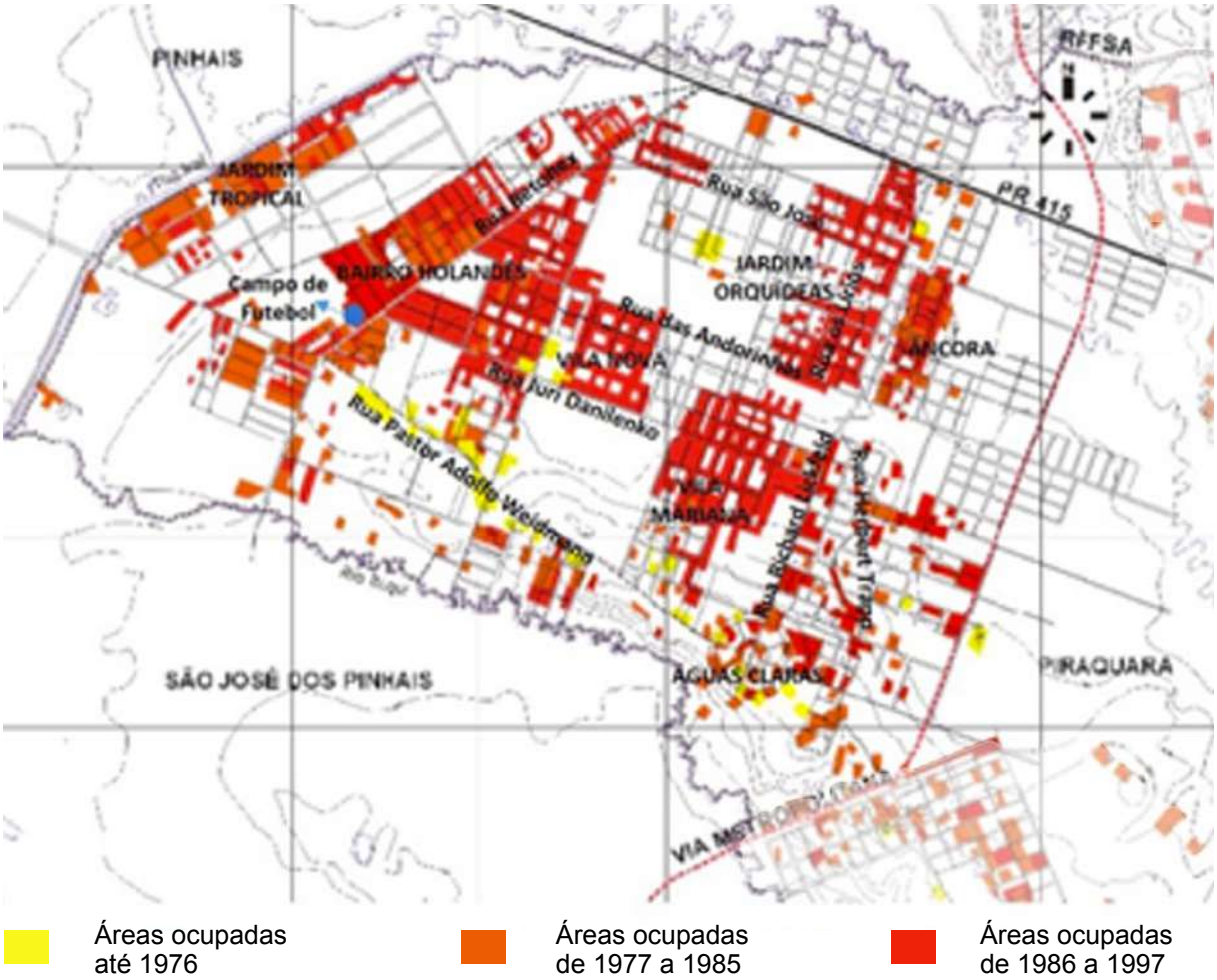
A maior parte dos loteamentos do Guarituba teve sua aprovação na década de 1950, havendo poucos registros nas décadas seguintes e nenhum na de 1990 (FIGURA 18). Sua ocupação, entretanto, não foi tão expressiva até 1976 e se deu ao longo da Rua Pastor Adolfo Weidmann, principalmente (FIGURA 19). De 1977 a 1985 o maior número das áreas ocupadas se concentrava próximo às divisas com os Municípios de Pinhais e São José dos Pinhais, sendo a maior parte da UTP ocupada entre 1986 e 1997, em sua porção central. Grande parte do Jardim das Orquídeas foi aprovada na década de 1950, sendo a porção restante aprovada na de 1970. Sua ocupação mais expressiva se deu de 1977 a 1997.

FIGURA 18 – EVOLUÇÃO URBANA NO GUARITUBA



FONTE: Adaptado de Piraquara (2012).

FIGURA 19 – CONSTITUIÇÃO DO GUARITUBA (DÉCADA DE 1990)



FONTE: Adaptado de Nagamine (2017), adaptado de COMEC (1999a).

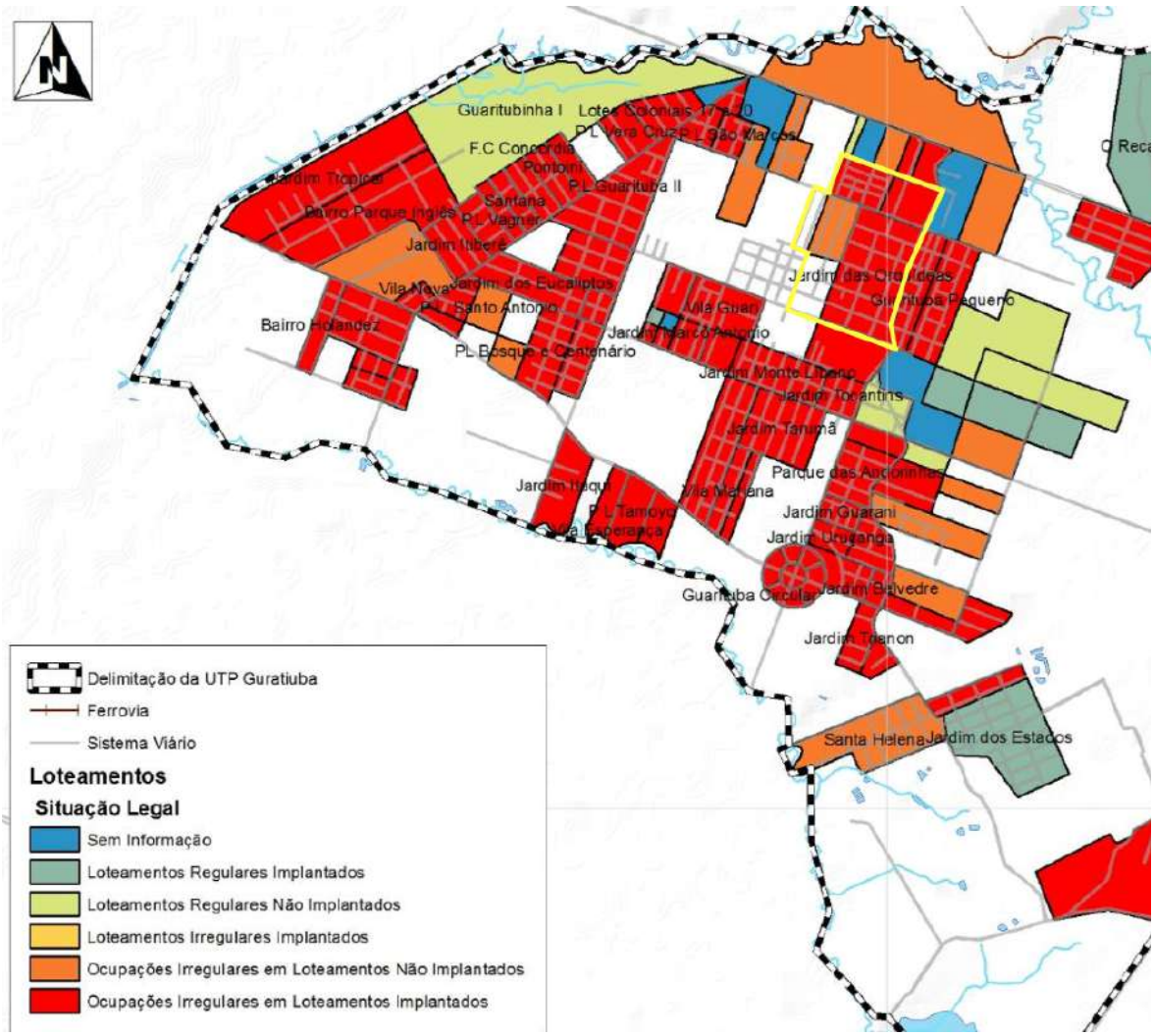
Analisando a situação legal dos loteamentos no Guarituba (FIGURA 20), conforme levantamento apresentado pelo Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável (PMRFS), percebe-se que não há presença de loteamentos irregulares implantados na UTP, havendo predominância de áreas onde há ocupações irregulares em loteamentos implantados. Todos os loteamentos aprovados na década de 1960 e mais da metade dos aprovados na década de 1950 se encontram nessa situação, incluindo grande parte do Jardim das Orquídeas. Isto porque depois da aprovação de tais loteamentos, vieram leis que tornavam irregular sua ocupação, como a Lei n. 6.766/79, trazendo consequências explicadas por Nagamine (2017):

> Não obstante, a restrição legal à ocupação imposta pelo Estado (para proteção do meio ambiente, dos recursos naturais e hídricos), a força da

> propriedade privada e da mercantilização da terra persistia nos loteamentos do Guarituba, já que haviam sido aprovados e seus lotes adquiridos pela população. Permaneceu no lote a legalidade da propriedade, sendo que, contudo, não poderiam ser ocupados. É uma situação similar à da margem de preservação ambiental ao longo de um rio que incide sobre uma propriedade. Caso sejam ocupados, a ocupação é considerada irregular, e não o terreno. Tendo em vista que o valor de troca da propriedade permanecia, continuou a existir nela a possibilidade de captação de renda, e isto foi logo compreendido e apropriado por meio da venda mais barata dos imóveis e pela ocupação ilegal (NAGAMINE, 2017, p. 38).

Tal citação explica também porque o número de loteamentos aprovados diminuiu tanto ao longo das décadas, muitos não tendo sido implantados, mas irregularmente ocupados depois, como é o caso da porção do Jardim das Orquídeas aprovada na década de 1970.

FIGURA 20 - SITUAÇÃO LEGAL DOS LOTEAMENTOS NA UTP GUARITUBA



FONTE: Adaptado de Piraquara (2012).

No final de 2016, a COHAPAR realizou um convênio com empresas imobiliárias, para que estas regularizassem áreas do Guarituba, de modo que cada uma das seis selecionadas ficariam responsáveis por uma parte deste (FIGURA 21), demonstrando o interesse por parte da Companhia na regularização da região (NAGAMINE, 2017). De acordo com este convênio, ainda não há empresa definida para a regularização parcial do Jardim das Orquídeas.

FIGURA 21 - REGIÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO GUARITUBA

FONTE: Nagamine (2017), adaptado de foto tirada de mapa no escritório local (2016).

A UTP Guarituba está dividida entre Zonas de Ocupação Orientada (ZOO), Zonas de Restrição à Ocupação (ZRO) e Zonas de Urbanização Consolidada (ZUC) (FIGURA 22). As ZOOs são áreas nas quais não há riscos no aumento da densidade habitacional e onde há, em alguns casos, a possibilidade de acréscimo de Coeficiente de Aproveitamento do terreno vinculado necessariamente à doação de

áreas onde há maiores restrições de ocupação ou as quais são alvo de interesse por parte do Poder Público (ZROs). Elas estão divididas em:

> **Zona de Ocupação Orientada I** - áreas onde a densidade populacional ainda é baixa, com previsão de subdivisão em lotes de 5.000,00 m², preservando as condições atuais de ocupação em pequenas chácaras. Nessa zona não será permitida a aquisição de potencial construtivo.
> **Zona de Ocupação Orientada II** - áreas próximas a loteamentos consolidados onde será mantida a baixa densidade, com uma fração média de parcelamento de 2.000,00 m² e lote mínimo de 600,00m².
> **Zona de Ocupação Orientada III** - áreas onde existem atualmente várias ocupações irregulares e pretende-se reestabelecer um padrão de uso que se compatibilize com a situação de área em bacia hidrográfica de manancial.
> Para isso, tendo em vista existirem vários loteamentos aprovados na área, propõe-se um incentivo à unificação de lotes, através da troca de potencial construtivo em lotes com área superior a 2.000,00 m². Nessas áreas será possível o adensamento vertical, desde que atendida a legislação ambiental existente.
> No caso de lotes com área inferior à 2.000,00m², será permitida somente a construções de habitações unifamiliares até dois pavimentos, com taxa de ocupação de 30%.
> É interessante observar que serão privilegiados sempre os empreendimentos verticais em detrimento dos parcelamentos, uma vez que, naqueles, é mais garantida a manutenção da densidade populacional ao longo do tempo, já que constituem-se de condomínios. Para isso novos parcelamentos só serão permitidos com lotes superiores à 2.000,00m².
> […]
> **Zona de Ocupação Orientada IV -** áreas em que pelas suas características naturais propõe-se um adensamento maior com C.A. = 0,5, possibilitando a verticalização, mantendo-se sempre como condição a exigência do lote não possuir área inferior a 2.000,00 m² (COMEC, 1999, p. 35 - 39).

As ZOO III e IV[8] foram subdividas em:

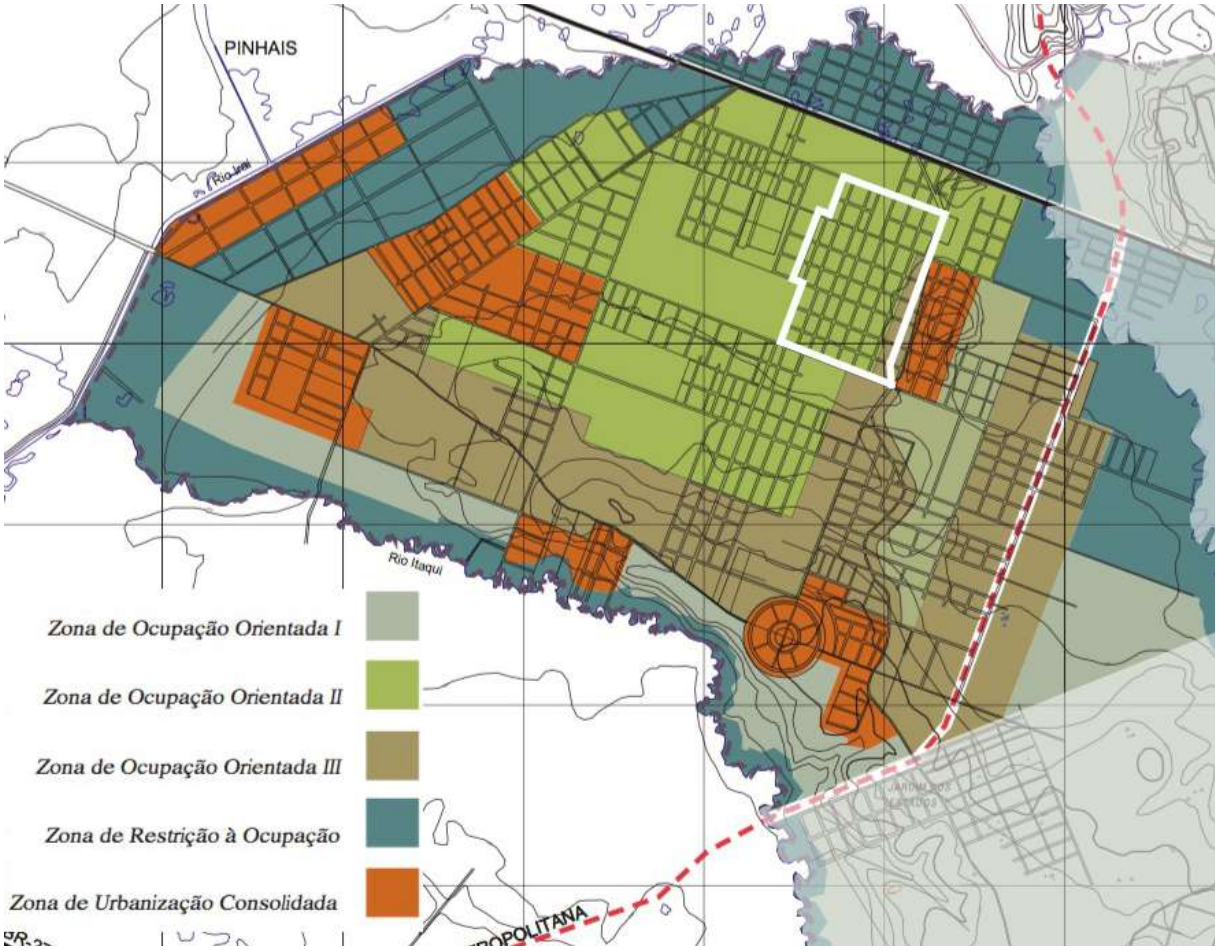
> Residencial - áreas onde será permitida uma moradia por lote em loteamentos já aprovados, e será permitida a aquisição de potencial construtivo com C.A. = 0,3 em lotes superiores a 2.000,00 m².
> Comercial - áreas onde serão permitidas atividades comerciais, localizadas ao longo de suas vias principais. Será permitida a aquisição de potencial construtivo com C.A. = 0,3 em lotes superiores a 2.000,00 m².
> Serviços Especiais - áreas onde serão permitidas atividades de lazer e turismo, desde que atendidas as questões referentes à drenagem natural dos terrenos. Será permitida a aquisição de potencial construtivo com C.A. = 0,3 em lotes superiores a 2.000,00 m².
> Serviços e Indústrias - áreas onde será permitida a instalação de serviços e indústrias não poluentes, desde que atendam a legislação ambiental vigente. Será permitida a aquisição de potencial construtivo com C.A. = 0,3 em lotes superiores a 5.000,00 m² (COMEC, 1999, p. 35 - 39).

As ZROs são áreas cuja ocupação apresenta risco ambiental e social, de modo que são doadas à Prefeitura Municipal em troca de potencial construtivo e transformadas assim em áreas públicas utilizadas para a implantação de

[8] A ZOO IV não conta com subdivisão destinada aos Serviços Especiais.

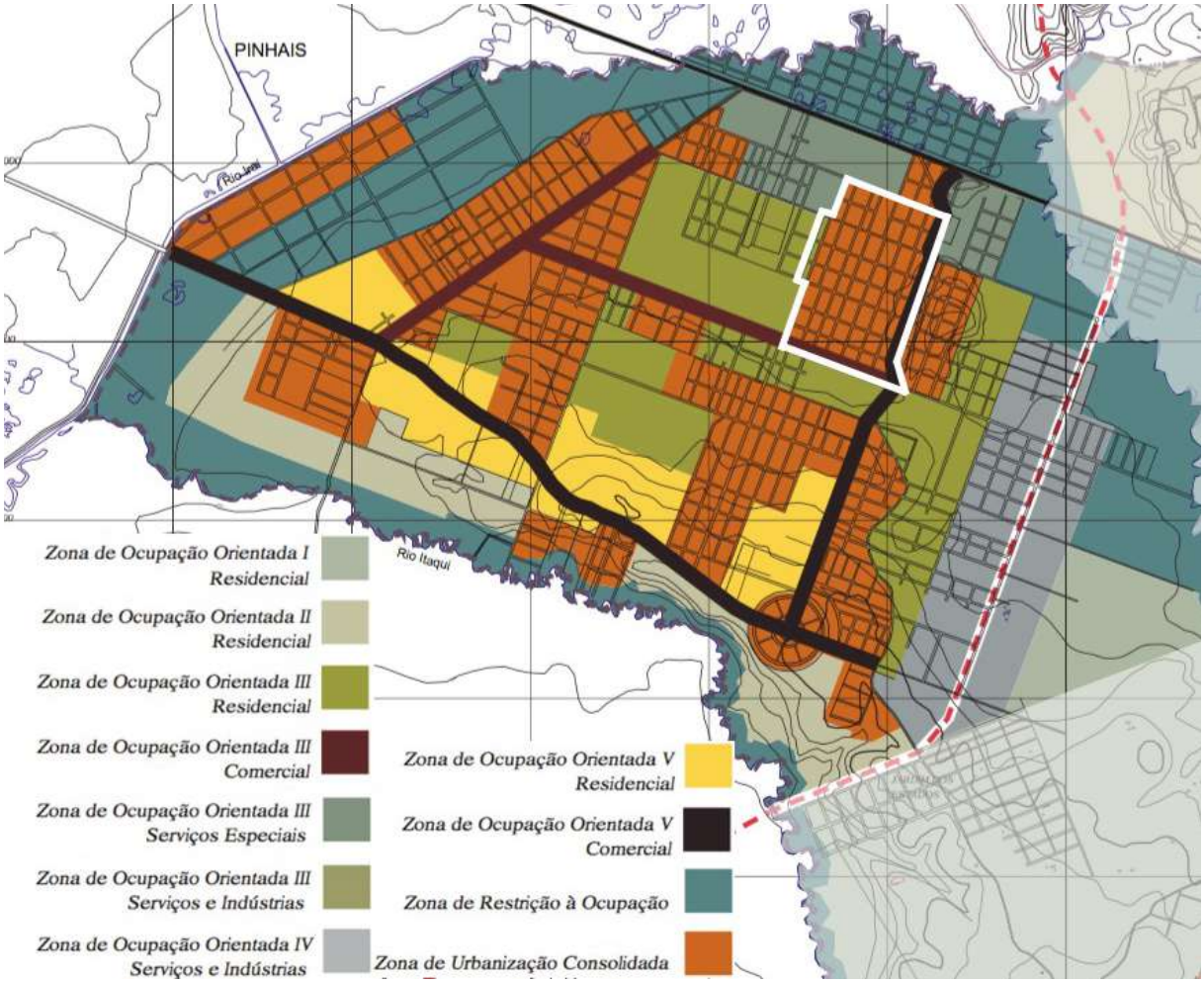
equipamentos de lazer. As ZUCs, por fim, correspondem a áreas em que a consolidação da urbanização já existe e/ou é visada, objetivando-se a otimização da infraestrutura existente ou prevista pelo Programa de Saneamento Ambiental para a RMC (PROSAM). Nelas, os padrões de ocupação são mantidos e se permite uma habitação por lote em loteamento já aprovado, prevendo-se subdivisão em lotes de área mínima correspondente a 6.000 m² para as áreas ainda não parceladas (COMEC, 1999). Segundo o mapa de zoneamento (FIGURA 23), a porção do Jardim das Orquídeas que foi aprovada na década de 1950 e irregularmente ocupada está classificada como Zona de Urbanização Consolidada, e a porção de loteamento não implantado, mas ocupado irregularmente, está como Zona de Ocupação Orientada II, de uso Residencial. Há ainda uma faixa categorizada como Ocupação Orientada V, de uso comercial, ao longo da Rua Herbert Trapp.

FIGURA 22 - MACROZONEAMENTO DA UTP GUARITUBA



FONTE: Adaptado de COMEC (1999).

FIGURA 23 - ZONEAMENTO DA UTP GUARITUBA

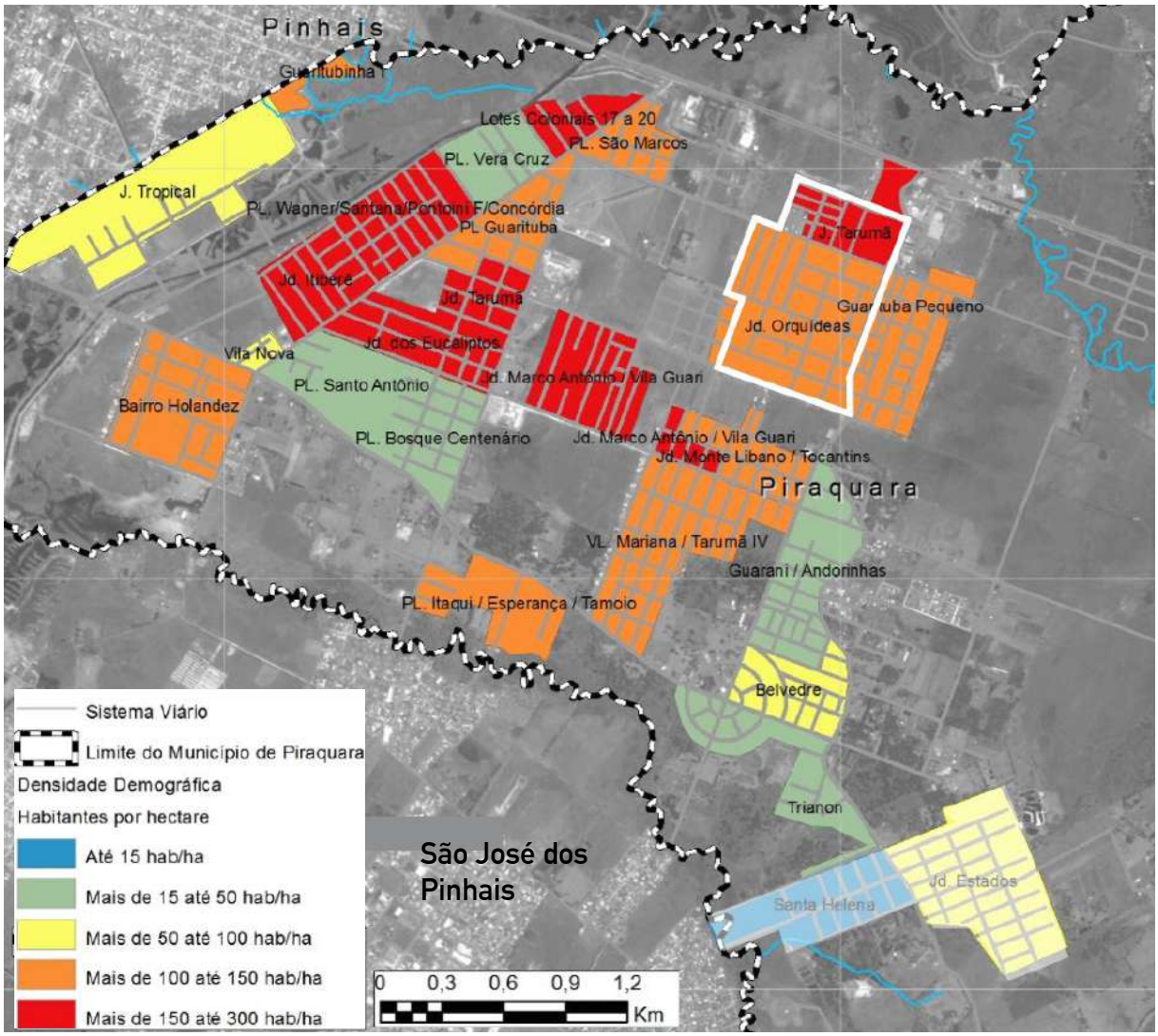


FONTE: Adaptado de COMEC (1999)

4.2 COMPONENTES SÓCIO-ECONÔMICOS

Segundo o Censo (2010), a população de Piraquara se caracterizava como predominantemente jovem e somava 93.027 habitantes, dos quais 48,3% eram mulheres e 51,7%, homens, apresentando densidade demográfica de 4,10 hab/ha. No Guarituba, foram estimados cerca de 44.000 habitantes em 2002 (COMEC 2002), correspondendo a uma densidade demográfica de aproximadamente 34,38 hab/ha. Considerando a distribuição territorial dessa população em 2010, entretanto, pode-se perceber as disparidades existentes entre as diversas porções do Guarituba (FIGURA 24). Destaca-se que no núcleo central de Piraquara as densidades não passam de 100 hab/ha, contrastando com o Jardim das Orquídeas, o qual apresenta densidade demográfica entre 100 e 150 hab/ha.

FIGURA 24 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA NA UTP GUARITUBA EM HAB/HA - 2010



FONTE: Adaptado de Piraquara (2012).

Quanto à constituição familiar, o Censo (2010) mostra que as mulheres sem cônjuge com filho(s) correspondiam a cerca de 47% das famílias de Piraquara, sendo apenas 23% constituídas por casal com filho(s) em uma amostra de 2040 famílias entrevistadas. Cerca de 25% das famílias formadas por mulher sem cônjuge com filho(s) não tinham rendimento nominal mensal (TABELA 1).

TABELA 1 - FAMÍLIAS CONVIVENTES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES - CLASSE DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL FAMILIAR PER CAPITA - PIRAQUARA - 2010

	Casal sem filho(s)	Casal com filho(s)	Mulher sem cônjuge com filho(s)	Total
Sem rendimento	68	10	242	320
Até 1/4 de salário mínimo		32	94	126
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	22	118	193	333
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	134	217	297	648
Mais de 1 a 2 salários mínimos	327	61	123	511
Mais de 2 a 3 salários mínimos	40	9	5	54
Mais de 3 a 5 salários mínimos	20	10		30
Mais de 5 salários mínimos		10	8	18
Total	611	467	962	2040

FONTE: Censo (2010), organizado pela autora.

Em relação ao perfil dos chefes de família, o Censo 2010 aponta que 38% eram mulheres (8.985), correspondendo a cerca de 44% da amostra das 20.589 mulheres entrevistadas (TABELA 2).

TABELA 2 - PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES - CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO - PIRAQUARA - 2010

Sexo	Cônjuge ou companheiro(a)	Pessoa responsável	Total
Masculino	4518	14585	19103
Feminino	11604	8985	20589
Total	16123	23570	39693

FONTE: Censo (2010), organizado pela autora.

O IBGE (2010) mostra que há maior índice de desemprego entre mulheres do que entre homens em Piraquara, pois em uma amostra de 39.962 pessoas do sexo masculino de 10 anos de idade ou mais, cerca de 39,5% não estavam ocupados, contrastando com aproximadamente 52,5% das 37.122 mulheres entrevistadas nessa mesma situação. Entre a população ocupada, apenas 43,1% trabalhavam em Piraquara, sendo que 55,8% trabalhavam em outro Município e 1,1% em mais de um Município ou país.

O setor de ocupação mais representativo foi o de "Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”, o qual emprega 15,4% da população ocupada do Município, seguido pelo setor de "Indústrias de transformação” (15,1%) e pelo de “Construção" (13,7%) (CENSO, 2010).

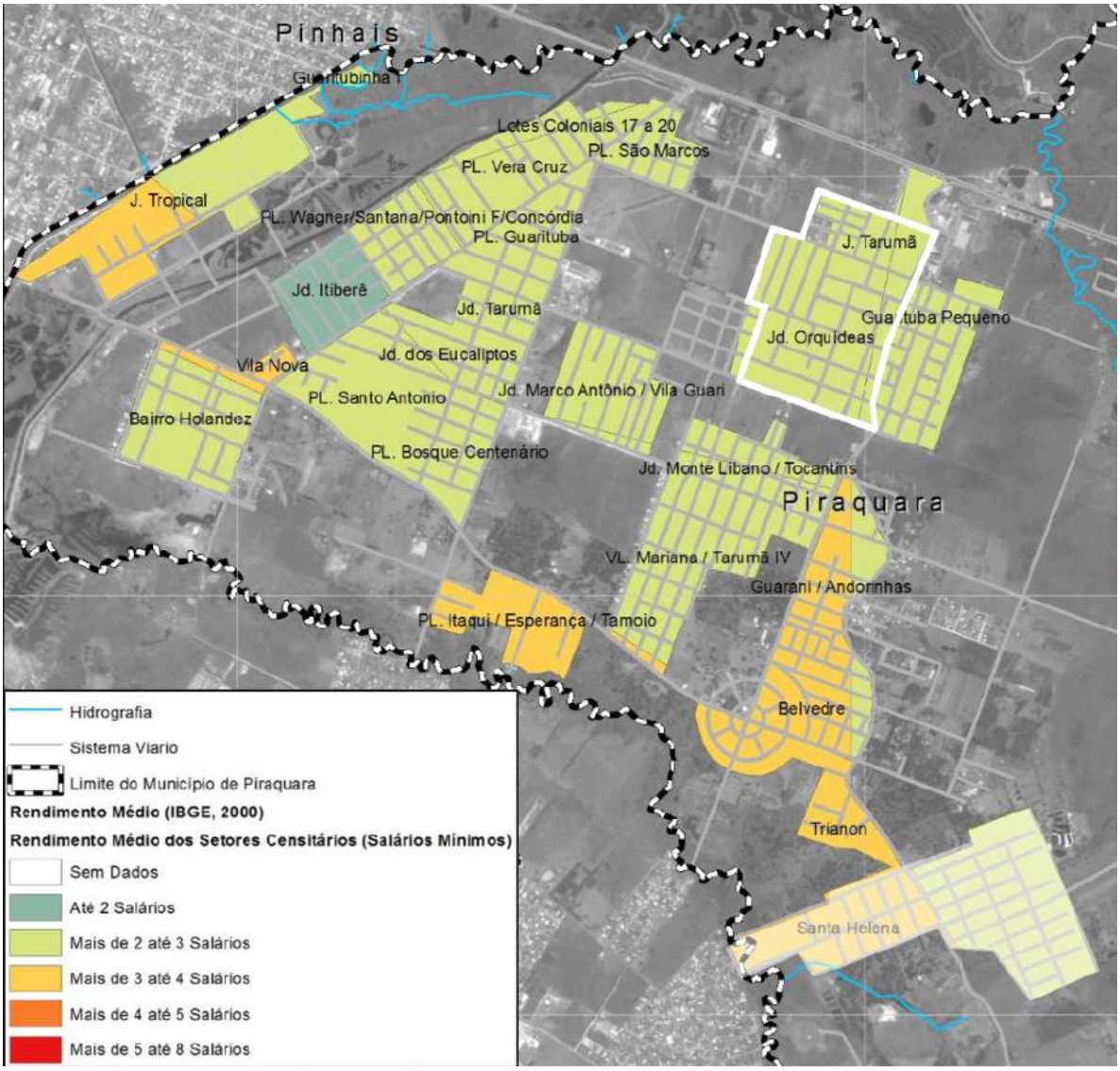
No Guarituba, segundo entrevistas realizadas por Nagamine (2017) no Jardim das Orquídeas:

> […] os homens entrevistados, se não trabalham na informalidade total, como carrinheiros, tentam arranjar empregos em empresas ou fábricas (vigilante noturno, segurança, vendedor, montador etc.) e trabalhar com serviços (pedreiro, serralheiro e carpinteiro etc.) fora do Guarituba. Muitas mulheres também trabalham fora, como auxiliar de serviços, diarista ou empregada doméstica. Há três casos (dois homens e uma mulher) de aposentados por invalidez. Grande parte dos que possuem um trabalho utilizam o transporte coletivo como meio de locomoção, geralmente para Curitiba (NAGAMINE, 2017, p. 125).

A autora também revela que muitas mulheres não trabalham fora de casa para oferecer mais segurança aos seus filhos, protegendo-os da violência local, justificativa presente também nas entrevistas feitas no Conjunto Habitacional Madre Tereza de Calcutá (NAGAMINE, 2017). No Jardim das Orquídeas, entretanto, por ser uma área de ocupação mais antiga e portanto de relações de vizinhança mais consolidadas, essas mulheres buscam contribuir com a renda familiar, "inserindo-se na dinâmica cotidiana de relações, trabalho e consumo da comunidade” (NAGAMINE, 2017, p. 125), trabalhando como copeira, vendedora, abrindo bazares e cuidando de crianças da comunidade - prática que levou à criação de uma creche local, mais tarde assumida pela Prefeitura Municipal de Piraquara (NAGAMINE, 2017).

A média salarial de trabalhadores formais é de 2,4 salários mínimos no Município, sendo que 9,3% da população está ocupada e 34,1% tem rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2010). Ou seja, em Piraquara predominam habitantes que recebem baixos salários (FIGURA 25). No Jardim das Orquídeas, a média é de 2 a 3 salários mínimos.

FIGURA 25 - RENDA MÉDIA MENSAL DOS DOMICÍLIOS - 2010



Fonte: Adaptado de Piraquara (2012).

Segundo o IBGE, os alunos dos anos iniciais da rede pública de Piraquara tiveram 5.2 como nota média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e os alunos dos anos finais, 3.7 (2015), deixando o Município na posição 4193 de 5570 entre as cidades brasileiras neste índice. O Censo (2010) dá uma noção ainda maior da situação crítica que o Município enfrenta quanto à educação, quando mostra que 53,86% dos 79.385 habitantes com idade superior a 25 anos entrevistados não tinham instrução alguma ou apresentavam ensino fundamental incompleto (IBGE, 2010). O número de matrículas, entretanto, aumentou expressivamente de 2012 a 2015, especialmente no ensino pré-escolar e médio, setores que haviam apresentado queda de 2009 a 2012 (TABELA 3).

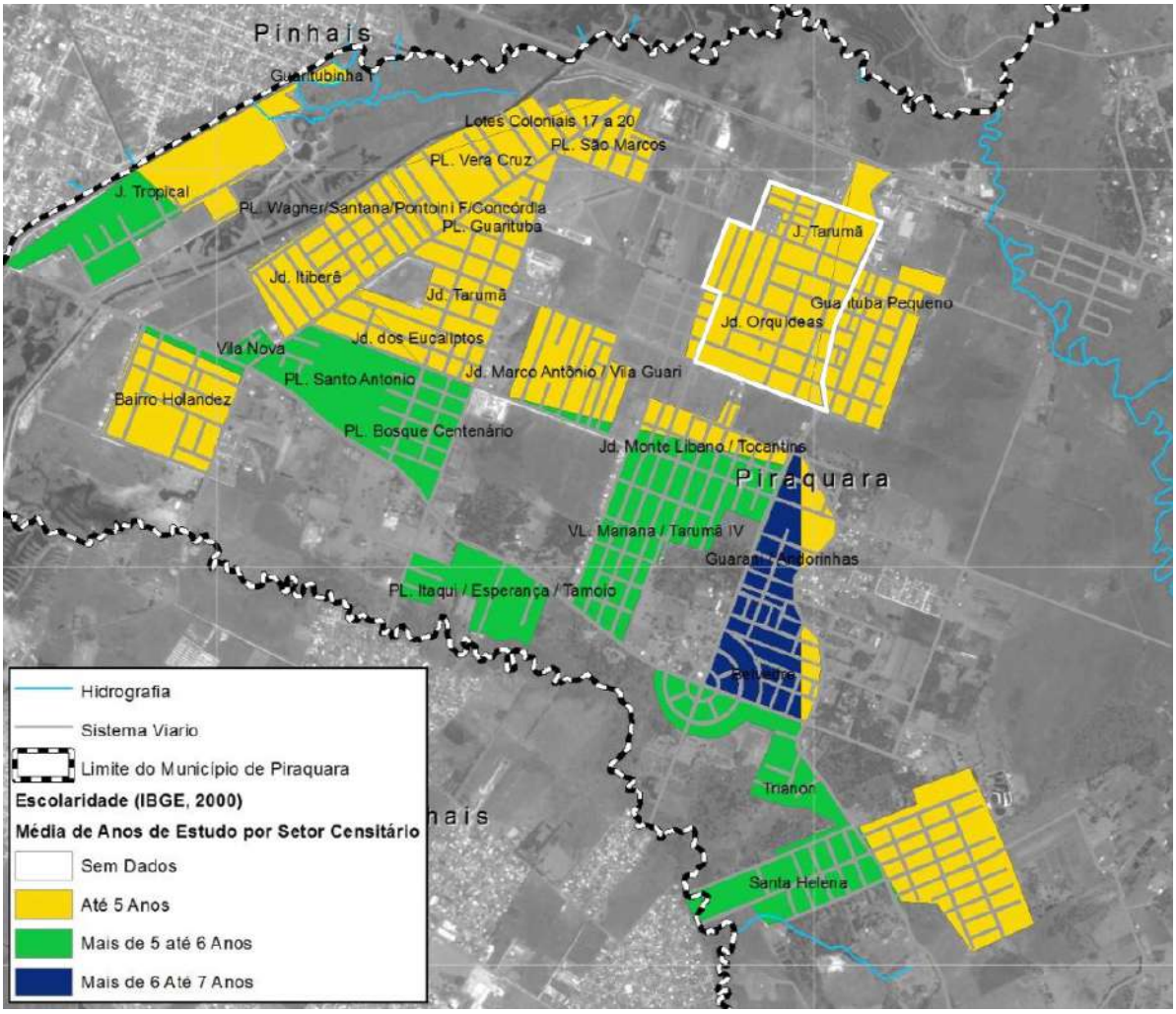
TABELA 3 - MATRÍCULAS POR ANO - PIRAQUARA - 2015

Nome	2015	2012	2009	2007	2005
Ensino pré-escolar	2225	1499	1839	1929	1977
Ensino fundamental	16006	15792	14827	14413	13219
Ensino médio	3356	2672	2741	2523	2431

FONTE: Censo (2015), organizado pela autora.

No Guarituba, o tempo médio de estudo varia entre 5 e 7 anos, sendo que algumas áreas onde a média é a mais baixa (até 5 anos) coincidem com as de renda de 2 a 3 SM e de alta densidade demográfica, como a do Jardim das Orquídeas. Identificam-se poucas áreas com tempo médio de mais de 6 até 7 anos de estudo (FIGURA 26).

FIGURA 26 - MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR SETOR CENSITÁRIO NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS DA UTP GUARITUBA

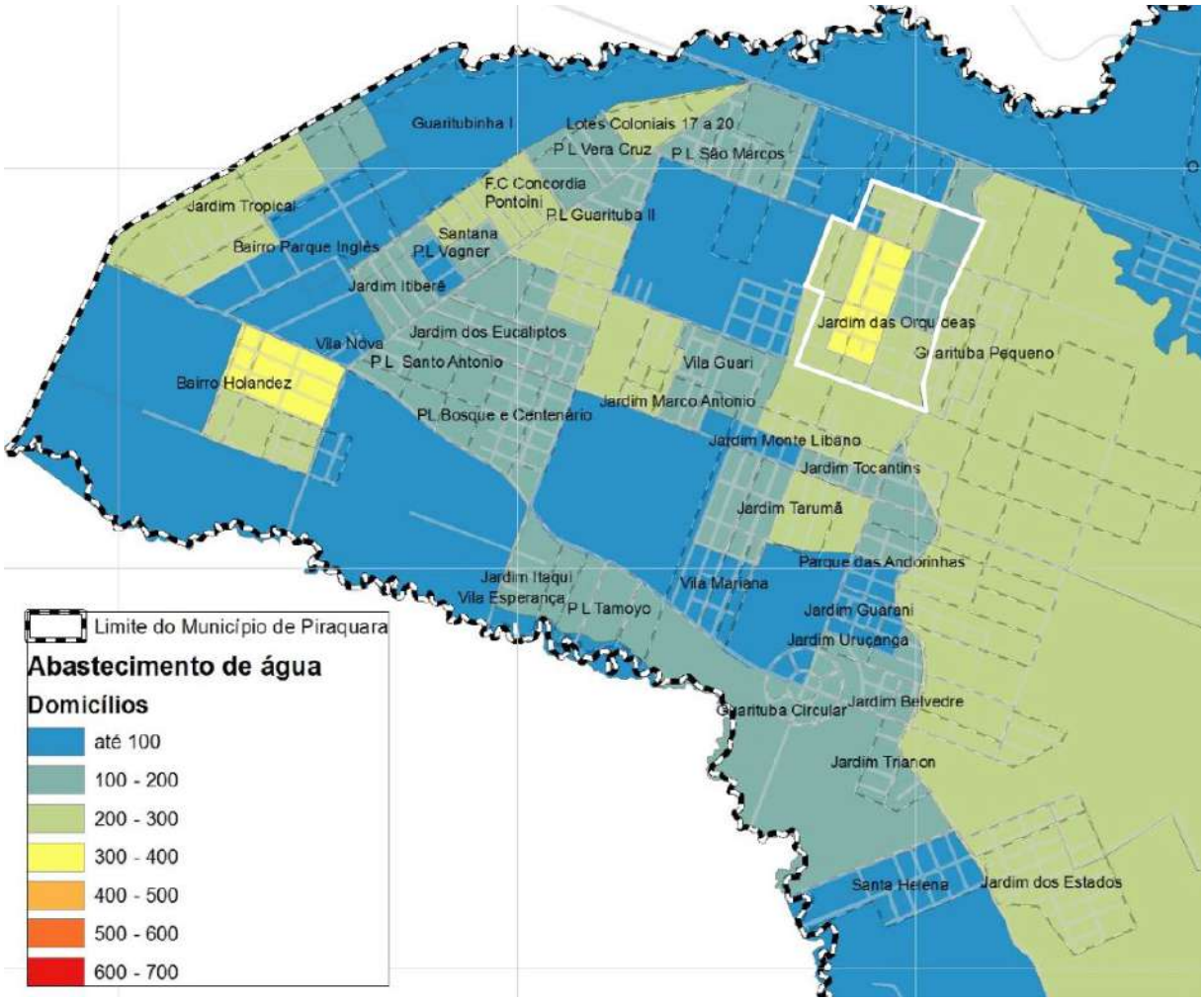


FONTE: Piraquara (2012).

4.3 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO URBANA

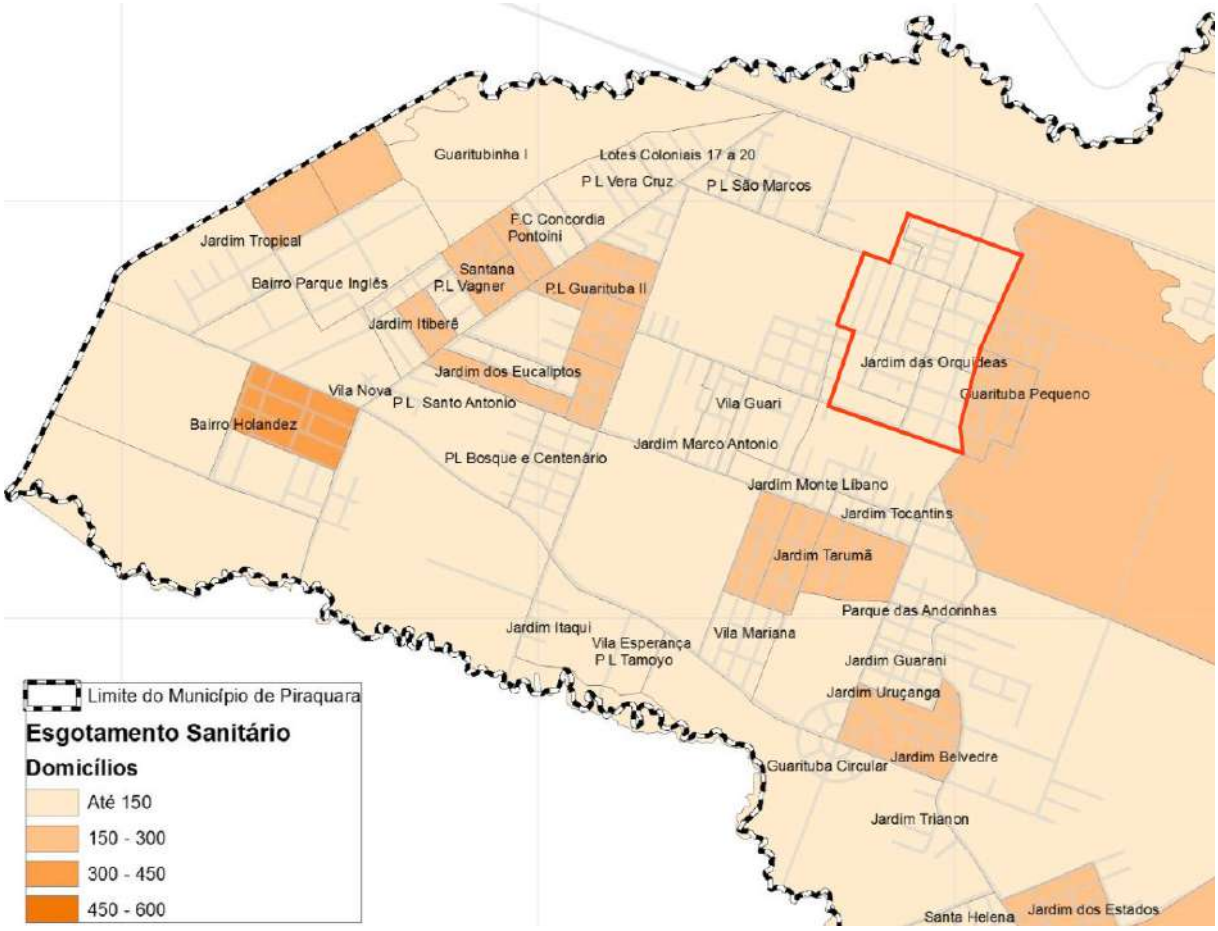
O Guarituba se encontra em uma situação desfavorável quanto à infraestrutura, posto que suas terras são planas demais para a inclinação mínima das tubulações da Sanepar. Apesar da baixa quantidade de domicílios atendidos por abastecimento de água (FIGURA 27), considerando as densidades demográficas locais, a maior deficiência encontra-se no atendimento por rede geral de Esgotamento Sanitário (FIGURA 28).

FIGURA 27 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



FONTE: Adaptado de IBGE (2010), organizado por Piraquara (2012).

FIGURA 28 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE GERAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO



FONTE: IBGE (2010), organizado por Piraquara (2012).

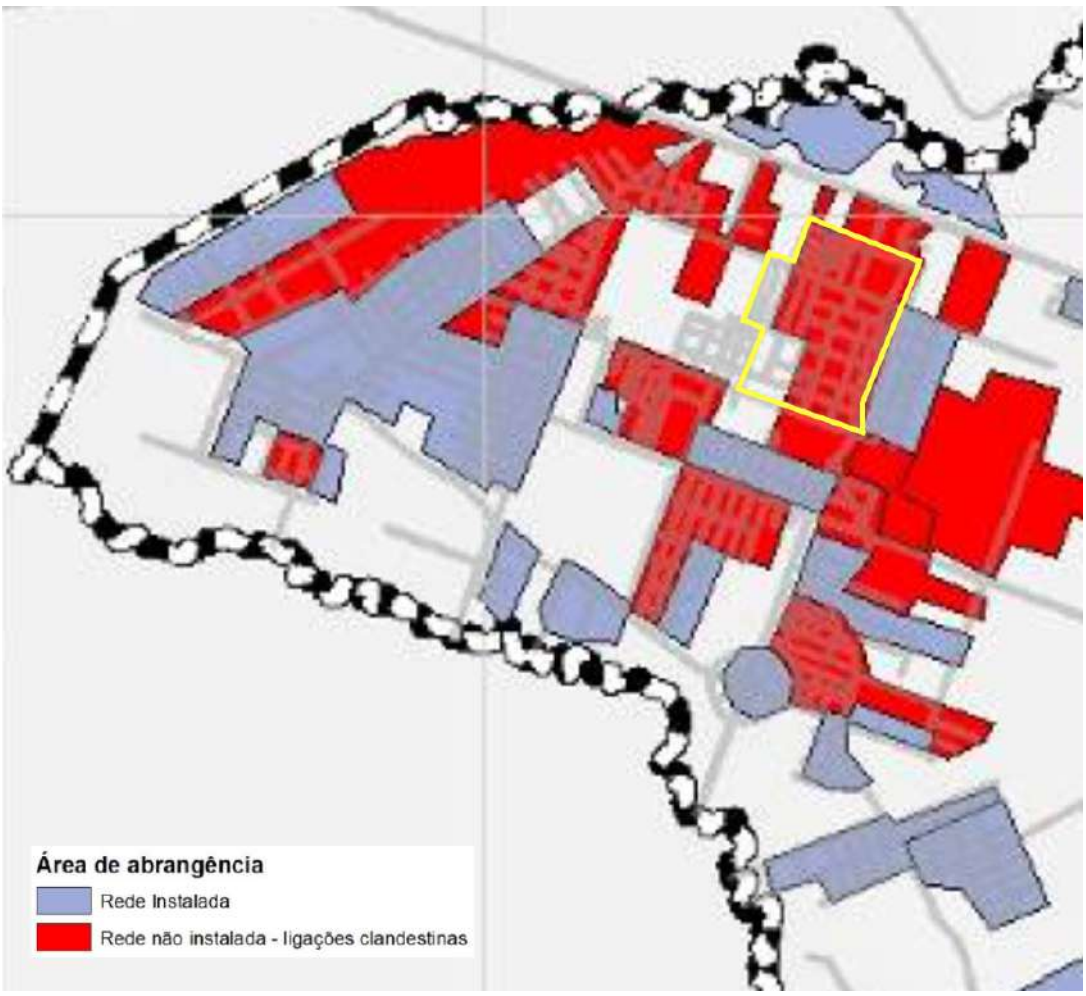
No Jardim das Orquídeas, a carência desta infraestrutura é marcante, pois há muitas valetas não finalizadas, de modo que o esgoto fica a céu aberto pelas ruas (FIGURA 29).

Analisando a área de abrangência da rede de energia elétrica (FIGURA 30), percebe-se que a área onde predomina ligações clandestinas, a qual corresponde a cerca de metade do Guarituba, coincide com a de loteamentos irregularmente ocupados anteriormente apresentada, incluindo o Jardim das Orquídeas.

FIGURA 29 - ESGOTO A CÉU ABERTO NO JARDIM DAS ORQUÍDEAS

FONTE: A autora (2018).

FIGURA 30 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA



FONTE: Adaptado de CDP (2006), in Piraquara (2012).

O Relatório do Trabalho Urbanístico do PMRFS (2012) apresenta um quadro síntese da situação do loteamento (QUADRO 1), indicando que dos 1.293 domicílios, 98% é atendido pelo abastecimento de água, 29% por esgotamento sanitário, 69% por energia elétrica e 98% por coleta de lixo. Destaca-se ainda que 79% da ocupação irregular se encontra em áreas privadas, para as quais se sugere a aplicação dos instrumentos urbanísticos de usucapião, concessão do direito real de uso e direito de superfície. Para os domicílios assentados em áreas públicas, os quais correspondem a 21% das irregularidades, são sugeridos a doação, a concessão de uso especial para fins de moradia, a concessão do direito real de uso e o direito de superfície.

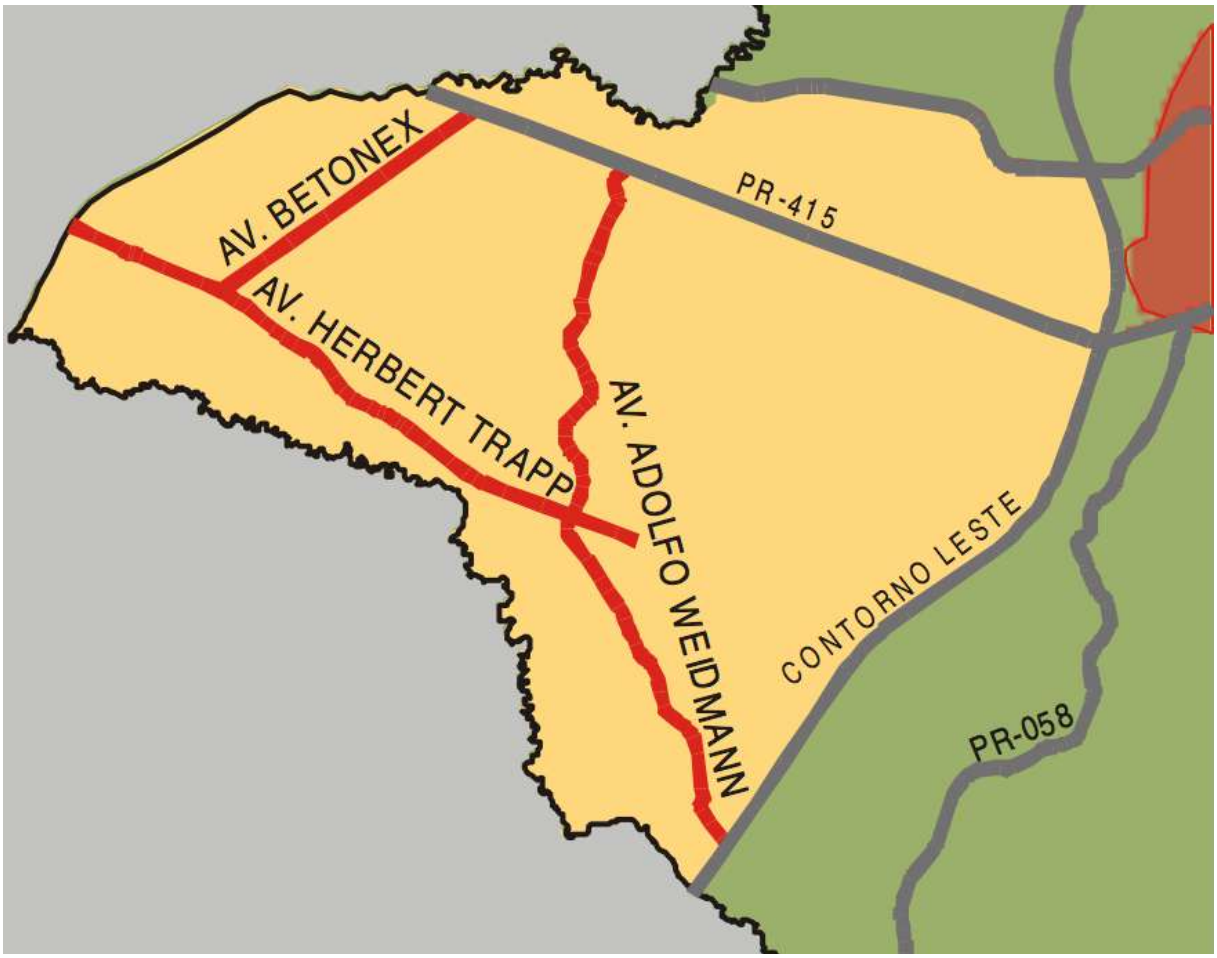
QUADRO 1 - SÍNTESE DA SITUAÇÃO ATUAL DO JARDIM DAS ORQUÍDEAS

QUADRO SÍNTESE DA SITUAÇÃO ATUAL		
NOME:	**JARDIM DAS ORQUÍDEAS**	Código controle: 020
CARACTERÍSTICAS GERAIS		
População total	4.665	
População em condições de irregularidade	4.665	
Total de domicílios	1.293	
Domicílios em condições de irregularidade	1.293	
Renda média domiciliar	Mais de 2 a 3 salários mínimos	
Ano/Tempo de ocupação	01/05/1955	
Área de risco (existente)	Inexistente	
Propriedade da área	Privado - Seiji Yoshitsu	
Representação comunitária	Assoc. Jardim das Orquídeas Ancora e Guarituba Pequeno	
Situação Legal do Loteamento	Ocupações irregulares em loteamentos implantados	
INTRAESTRUTURA EXISTENTE		
Abastecimento de água	1.273 domicílios	
Esgotamento sanitário	380 domicílios	
Energia elétrica	896 domicílios	
Coleta de lixo	1.265 domicílios	
Pavimentação	Não pavimentado	
TIPO DE IRREGULARIDADE POR NÚMERO DE DOMICÍLIOS		
TIPO DA IRREGULARIDADE	**Nº DE DOMICÍLIOS**	
Área de preservação Permanente	**0**	
Faixa de Domínio	**0**	
Demais Irregularidades - área pública	**273**	
Demais Irregularidades - área privada	**1.020**	
MEDIDAS DE REGULARIZAÇÃO		
Área de preservação Permanente	**REASSENTAMENTO + Instrumentos jurídicos disponíveis Processo de regularização ambiental + Instrumentos jurídicos disponíveis**	
Faixa de Domínio	**REASSENTAMENTO + Instrumentos jurídicos disponíveis**	
Demais Irregularidades - área pública	**DOAÇÃO/CUEM/CDRU DIREITO DE SUPERFÍCIE**	
Demais Irregularidades - área privada	**USUCAPIÃO/CDRU DIREITO DE SUPERFÍCIE**	

FONTE: Piraquara (2012).

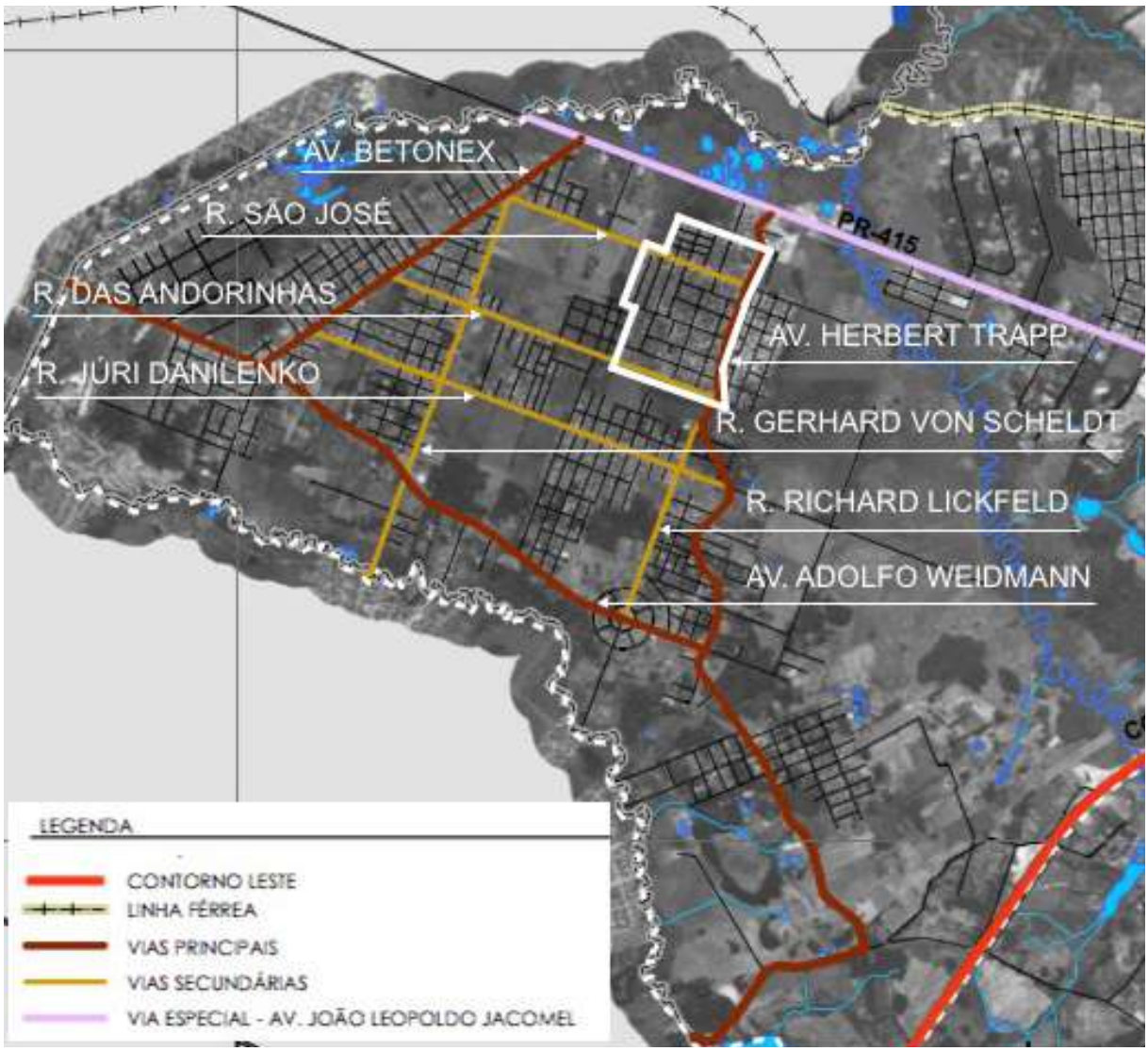
As vias mais importantes da UTP Guarituba são a Rodovia Contorno Leste, a Rodovia Estadual PR-415 (Av. João Leopoldo Jacomel) e as vias principais Av. Betonex, Av. Herbert Trapp e Av. Adolfo Weidmann (FIGURA 31). O Contorno Leste é considerado Via Expressa e liga a UTP diretamente aos Municípios de São José dos Pinhais e Quatro Barras. A Avenida João Leopoldo Jacomel, classificada como Via Especial, é um eixo importante de ligação entre o centro de Piraquara e os Municípios de Pinhais e Curitiba. Todas estas vias contam com pavimentação asfáltica. Além destas, há cinco vias secundárias que têm grande relevância para o Guarituba, seja pela concentração de serviços e comércio ou pela delimitação de áreas: R. São José, R. das Andorinhas, R. Júri Danilenko, R. Gerhard Von Scheldt e R. Richard Lickfeld (FIGURA 32). Destas, apenas a R. Júri Danilenko conta com pavimentação asfáltica.

FIGURA 31 - PRINCIPAIS VIAS DA UTP GUARITUBA



FONTE: COMEC (2002).

FIGURA 32 - HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO



FONTE: Adaptado de Plano Diretor de Piraquara (2006).

Entre as mencionadas, importa ao Jardim das Orquídeas a Rua das Andorinhas (FIGURA 33) e a Rua Herbert Trapp (FIGURA 34), as quais delimitam seu território. Destaca-se que, no momento, há obras de pavimentação na Rua Quinze, paralela à Avenida João Leopoldo Jacomel (FIGURA 35).

FIGURA 33 - VISTA DA RUA DAS ANDORINHAS

FONTE: A autora (2018).

FIGURA 34 - VISTA DA RUA HERBERT TRAPP

FONTE: A autora (2018).

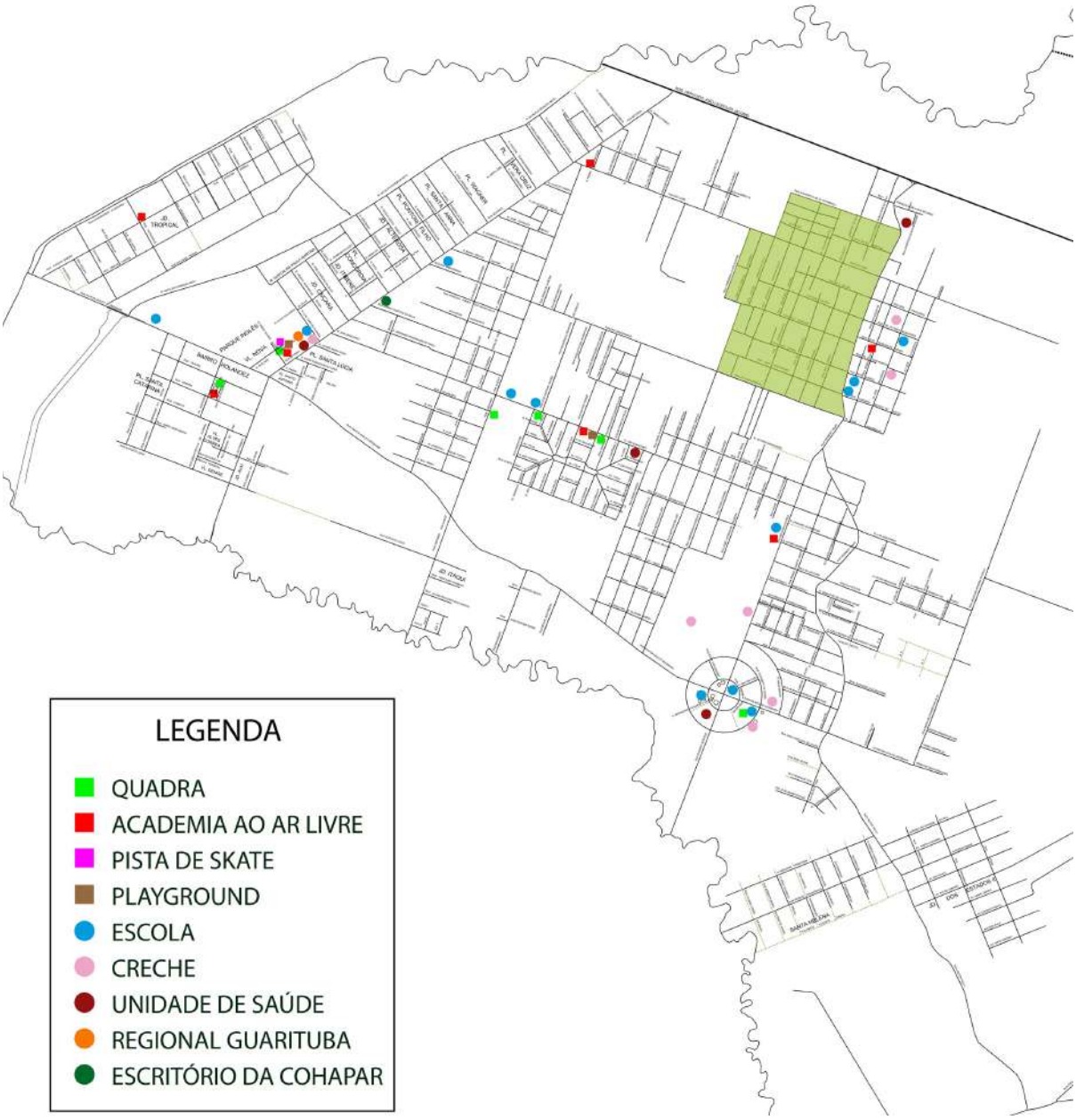
FIGURA 35 - VISTA DA RUA QUINZE

FONTE: A autora (2018).

Não foi possível mapear e identificar a totalidade dos equipamentos públicos do Guarituba, destacando-se no estudo alguns considerados relevantes para o tema estudado. Primeiro, aponta-se as escolas e creches, visto que é culturalmente atribuído à mulher a responsabilidade de levar os filhos nestes equipamentos ou cuidar deles em casa, na falta destes. A FIGURA 36 mostra que há doze escolas e sete creches no Guarituba, além de evidenciar que todos os equipamentos públicos mapeados concentram-se nas principais vias apresentadas anteriormente.

Outro importante equipamento é a Regional do Guarituba, inaugurada em 2016 pela Prefeitura Municipal, que concentra serviços que atendem à população sem que esta tenha que se deslocar ao centro do Município, como farmácia popular e posto de atendimento da Sanepar. Além disso, há ao seu lado a Praça Antônia Maria Ferro, a qual homenageia a líder comunitária da Associação de Moradores do Jardim Tamoio que faleceu no mesmo ano e foi um ícone da defesa pelos menos favorecidos na região. Esta líder demonstra a força e engajamento político feminino na UTP. Nessa praça, há academia ao ar livre, playground, pista de skate e quadra, oferecendo lazer à comunidade. Nota-se a carência de unidades de lazer e cultura nas outras áreas do Guarituba, se resumindo praticamente a academias ao ar livre.

FIGURA 36 - EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NO GUARITUBA



FONTE: Adaptado de Prefeitura Municipal de Piraquara (2018).

A maior parte das linhas de transporte público que passam pelo Guarituba o conectam ao terminal de ônibus de Pinhais, tornando mais fácil o acesso a este Município do que ao centro de Piraquara, o que se justifica pela continuidade da mancha urbana que liga o Guarituba ao Município vizinho e pela distância deste ao centro de Piraquara. Estas linhas são: Pinhais/Piraquara; Vila Macedo (D23); Jd. Santa Mônica; Jd. Holandês; Água Clara; Guarituba; Vila Nova; e Jd. Bela Vista (FIGURA 37). Já as linhas que passam pelo terminal de Piraquara são apenas a Pinhais/Piraquara; Vila Macedo (D13); Curitiba/Piraquara; Curitiba/Piraquara (direto)

e Madrugueiro Curitiba/Piraquara (FIGURA 38). Destas, a única que corta o Guarituba é a Pinhais/Piraquara, o que reforça as relações da área com o Município vizinho. Percebe-se também que mesmo as linhas que cortam o Guarituba pelo meio passam majoritariamente nas ruas principais, que são asfaltadas e têm largura adequada para tanto, e não adentram no interior do bairro, fazendo com que o acesso ao transporte coletivo seja diferenciado para aqueles que vivem perto ou longe dessas vias (FIGURA 39).

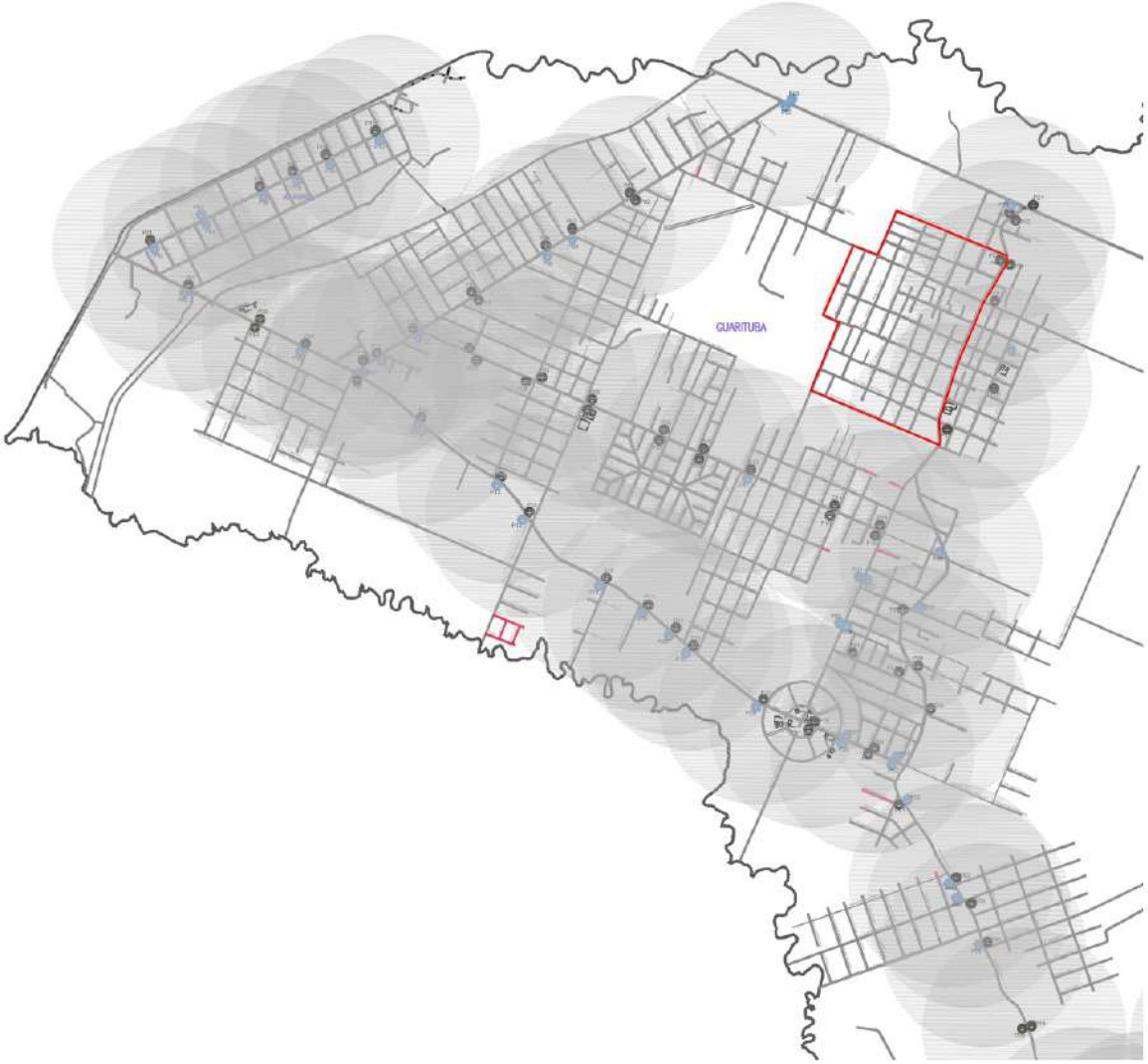
FIGURA 37 - LINHAS DE ÔNIBUS QUE PASSAM PELO TERMINAL DE PINHAIS

FONTE: Prefeitura Municipal de Piraquara (2018).

FIGURA 38 - LINHAS DE ÔNIBUS QUE PASSAM PELO TERMINAL DE PIRAQUARA

FONTE: Prefeitura Municipal de Piraquara (2018).

FIGURA 39 - MARCAÇÃO DE RAIOS DE 500 METROS DE DISTÂNCIA A PARTIR DOS PONTOS DE ÔNIBUS NO GUARITUBA



FONTE: Adaptado de Prefeitura Municipal de Piraquara (2018).

No Jardim das Orquídeas, passam as linhas Guarituba e Pinhais/Piraquara, ambas conectando a região a Pinhais, sendo que a última faz ligação com o terminal de Piraquara. Em visita de campo, percebeu-se que há muitos pedestres e ciclistas na região, mas poucas calçadas e nenhuma estrutura cicloviária, dificultando o trajeto da população em geral, mas especialmente de mães que transportam seus filhos a pé, de bicicleta ou em carrinhos de bebê e pessoas com mobilidade limitada (FIGURA 40).

FIGURA 40 - MÃE E FILHA CAMINHANDO PELA RUA DAS ANDORINHAS

FONTE: A autora (2018).

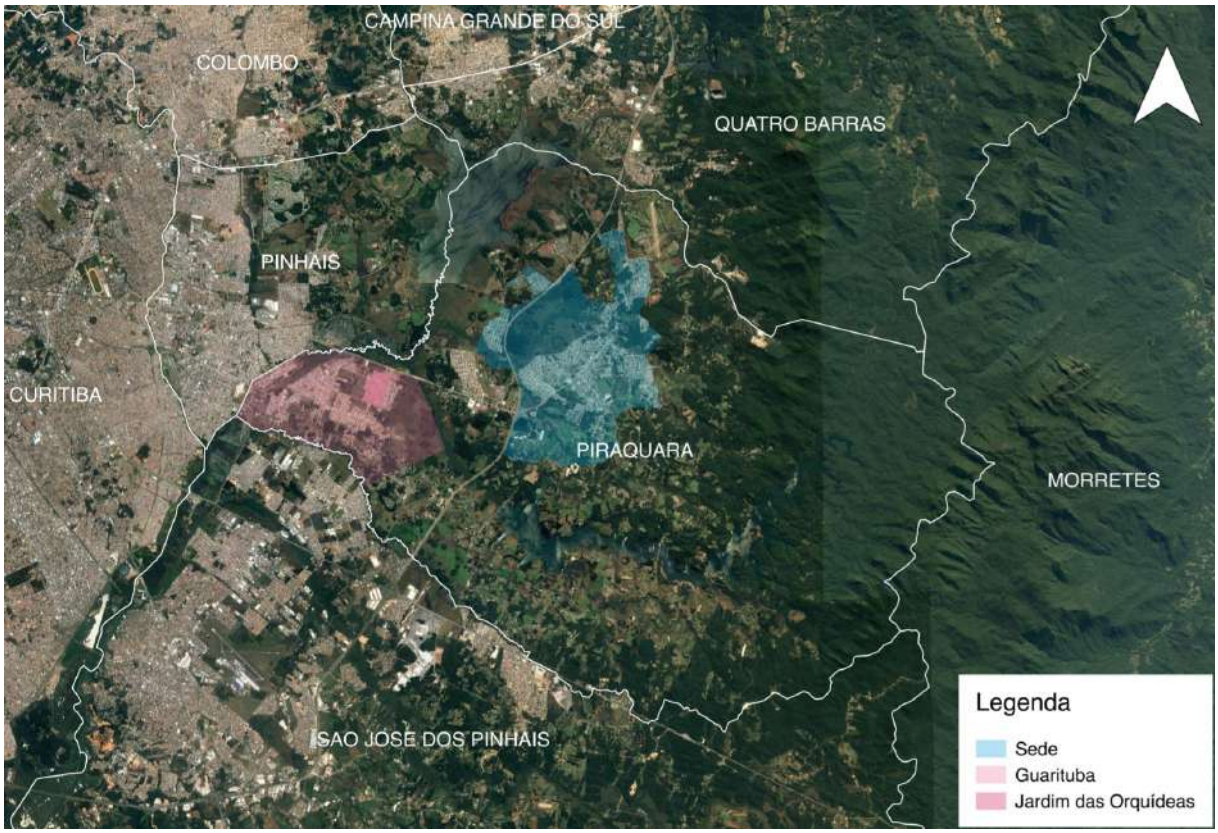
Também em visita de campo, notou-se que predominam casas em alvenaria de tijolos cerâmicos no Jardim das Orquídeas, exceto por algumas de madeira. A precariedade habitacional é observada, no entanto, na grande maioria delas, tanto por aspectos construtivos quanto pela estreita fachada dos lotes nos quais estão localizadas, que prejudicam as condições de conforto ambiental.

Baseado nessa interpretação da realidade do Guarituba e nos conceitos reunidos ao longo do presente Trabalho Final de Graduação, o próximo capítulo propõe diretrizes gerais para o projeto a ser desenvolvido no próximo semestre.

5 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO

O Trabalho Final de Graduação (TFG) a ser elaborado no próximo semestre consiste em um projeto de desenho urbano a ser desenvolvido no Jardim das Orquídeas (FIGURA 41 e 42). A intervenção urbana proposta equivale ao ensaio prático do conjunto de teorias relacionadas e casos estudados nos capítulos anteriores. Tem por princípio a criação de um espaço de moradia que esteja de acordo com as necessidades cotidianas da mulher, principal e mais afetado usuário desse espaço, oferecendo maior segurança, conforto e qualidade de vida às moradoras do Jardim das Orquídeas.

FIGURA 41 - LOCALIZAÇÃO DO JARDIM DAS ORQUÍDEAS NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA



FONTE: Adaptado de Google Earth (2018).

FIGURA 42 - JARDIM DAS ORQUÍDEAS

FONTE: Adaptado de Google Maps (2018).

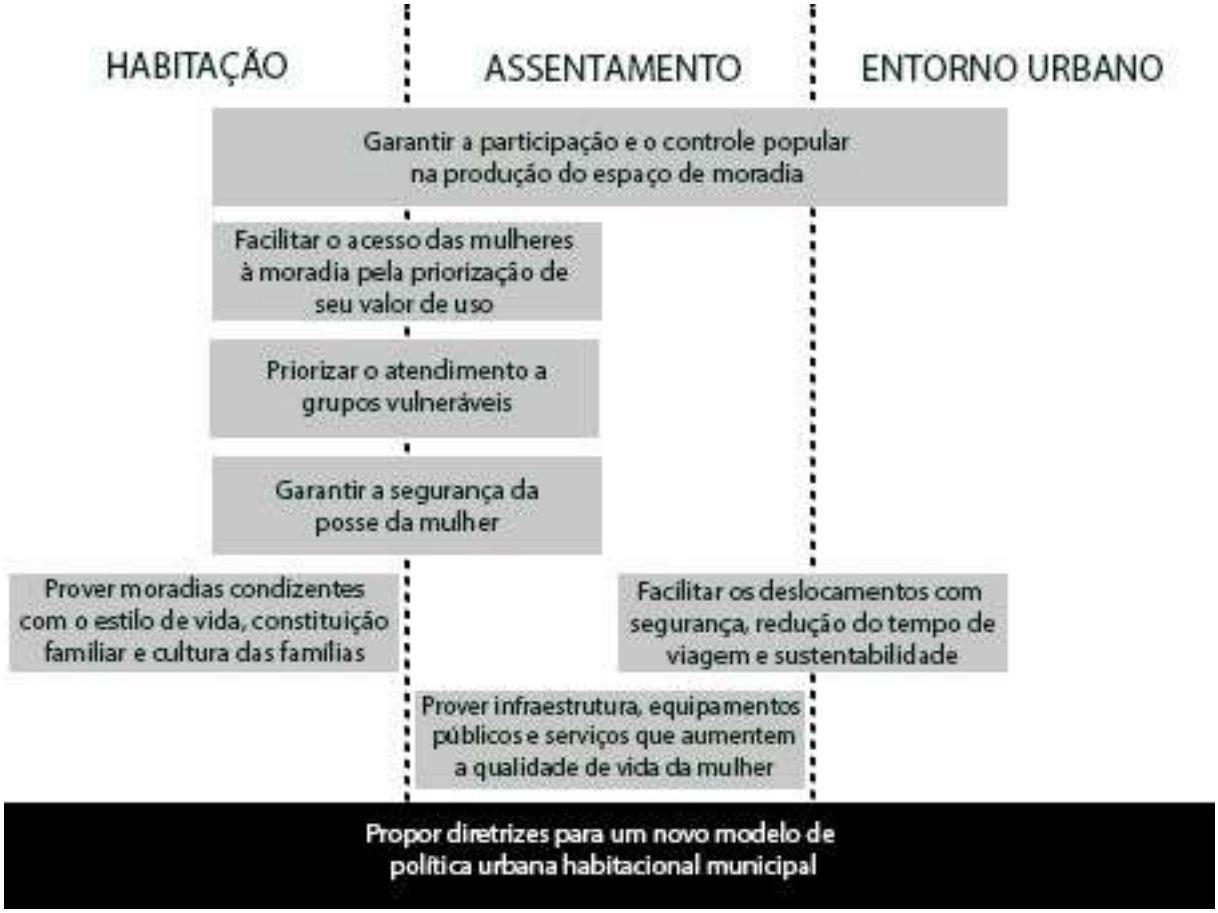
Embora seja um projeto de desenho urbano, ele também está articulado com diretrizes para projeto arquitetônico das habitações em função da relação público-privado que se dá entre esta e o assentamento. Levando em conta a preocupação da intervenção não se restringir a uma política pública focalizada, o projeto será compreendido como parte de uma intervenção maior e integrada no Guarituba; área de extrema relevância por concentrar cerca de metade da população do Município

de Piraquara, estando distante de sua sede e mantendo fortes relações com o Município limítrofe de Pinhais. Assim sendo, o trabalho a ser desenvolvido se relaciona também com o planejamento urbano, pois traz a reflexão para o campo das políticas urbanas habitacionais.

As diretrizes gerais propostas se apresentam em três escalas (FIGURA 43): a) entre o assentamento e seu entorno urbano; b) intra-assentamento; e c) entre o assentamento e a habitação. São elas:

- Facilitar o acesso das mulheres à moradia pela priorização de seu valor de uso na concessão de uso e posse dos lotes e unidades habitacionais, além de garantir a segurança da posse da mulher para que ela não se veja dependente de relações abusivas para ter acesso à moradia e priorizar o atendimento a grupos vulneráveis, tais quais mães solteiras, idosas e vítimas de violência doméstica, psicológica ou sexual;
- Prover moradias que estejam de acordo com o estilo de vida, constituição familiar e cultura das famílias, de modo que as mulheres não tenham suas atividades cotidianas dificultadas pela falta de espaços para realizá-las e nem tenham sua privacidade ameaçada;
- Produzir um espaço de moradia abastecido de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos que diminuam a dependência das mulheres da rede de solidariedade, encurtem seus deslocamentos, facilitem a realização de suas atividades cotidianas e proporcionem segurança à mulher e aos seus dependentes;
- Garantir a participação e controle popular na produção desse espaço de moradia pela integração com movimentos sociais por moradia, provimento de espaços de debate e construção por mutirão autogerido com assistência técnica;
- Facilitar os deslocamentos casa-trabalho e da vida reprodutiva dos moradores com segurança, redução do tempo de viagem e sustentabilidade, pela priorização de pedestres, veículos não motorizados e transporte público em detrimento dos automóveis individuais, além da utilização dos recursos existentes;
- Propor diretrizes para um novo modelo de política urbana habitacional municipal.

FIGURA 43 - ESQUEMA DE CLASSIFICAÇÃO DAS DIRETRIZES CONFORME ESCALA DE ATUAÇÃO



FONTE: A autora (2018).

Com o objetivo de atingir essas diretrizes, o projeto de TFG será desenvolvido nas seguintes etapas:

1. **Construção do cenário real atual:** pretende-se, durante o mês de agosto, elaborar um diagnóstico real do assentamento baseado em coleta de dados secundários e primários (entrevistas e visitas *in loco*), resultando na produção de um mapa síntese que represente o cenário real do Jardim das Orquídeas;
2. **Construção de cenários futuros:** ao longo do mês de setembro, planeja-se construir cerca de três cenários prospectivos derivados do real, escolhendo-se um como possível para o andamento das atividades;
3. **Desenvolvimento da proposta:** objetiva-se finalizar o trabalho, em outubro e novembro, com o aprofundamento do cenário escolhido para

nortear a intervenção proposta, resultando tanto em um projeto de desenho urbano para a área quanto no apontamento de diretrizes para um novo modelo de política urbana e habitacional municipal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia ofereceu base teórica, possibilidades de atuação e compreensão das limitações e potencialidades a serem trabalhadas no desenvolvimento do futuro Trabalho Final de Graduação (TFG). Atingiu, portanto, os objetivos estabelecidos em seu início.

A conceituação temática possibilitou que se conhecesse o caminho que a política habitacional brasileira tem percorrido, aprendendo com suas experiências e compreendendo seu funcionamento e situação atual. Além disso, trouxe embasamento para a análise da realidade do Jardim das Orquídeas a partir tanto do levantamento feito aqui quanto das entrevistas a serem realizadas com as mulheres residentes no loteamento, permitindo que o projeto elaborado venha a atender ao objetivo de centralizar a mulher como agente produtor do espaço de moradia.

Os casos correlatos analisados apresentaram medidas práticas de projeto que podem aumentar o acesso ao direito à moradia das mulheres, além de as colocar como agentes centrais na produção do espaço, mostrando possibilidades de atuação a serem exploradas no desenvolvimento do TFG que materializavam os princípios apontados por Rolnik (2011).

A interpretação da realidade, por sua vez, permitiu análise do Guarituba e do Jardim das Orquídeas a partir dos elementos que influenciam direta ou indiretamente no cotidiano feminino, de modo que pôde construir um novo olhar, mais de perto, do espaço a ser trabalhado. Este olhar sofrerá modificações, pois ainda representa um olhar externo, contudo não deixa de ser relevante para a construção dos cenários que guiarão o projeto a ser elaborado, por sua característica técnica. Além disso, o reconhecimento da área é essencial para se elaborar as perguntas-guias componentes das entrevistas a serem aplicadas.

As diretrizes projetuais, por fim, tornaram mais claros os resultados obtidos na presente monografia e os meios de se alcançar os objetivos previstos para o TFG. Além disso, levantaram as etapas do trabalho e as organizaram temporalmente, otimizando o tempo a ser despendido.

O resultado foi satisfatório, portanto, apesar das dificuldades encontradas ao longo do caminho, dentre as quais destacam-se os idiomas de algumas fontes e

imagens, as diferentes escalas gráficas e datas de informações e mapas, o tempo limitado e a falta de divisão em bairros do Município de Piraquara, a qual facilitaria a obtenção e análise dos dados. A maior dessas foi a limitação temporal, a qual impossibilitou análises mais profundas tanto do Jardim das Orquídeas quanto dos casos correlatos, os quais tinham muito mais a ser explorado.

Além das contribuições para o desenvolvimento do TFG e das dificuldades acima apontados, a presente monografia esclareceu como se pode e deve atuar a(o) arquiteta(o) e urbanista contemporânea(o), apresentando os desafios a serem enfrentados e os recursos dos quais se pode dispor. Um dos maiores aprendizados no desenvolvimento dessa monografia foi a importância de se focar o olhar no que realmente importa para a análise das infinitas informações que são apresentadas, sempre relembrando os objetivos traçados e organizando os próximos passos com resiliência.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. A teoria econômica da favela: Quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In: ABRAMO, Pedro (Org.). **A Cidade da Informalidade:** O desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras/Faperj/Lincoln Institute, 2003. p. 189-223.

ALGABA, Julia Díaz-borrego et al. **Diseño negro.** Disponível em: <http:// weoverpressure.blogspot.com>. Acesso em: 14 abr. 2018.

AMERICANA. Renata Boldrini de Cillo Miante. Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. **Plano municipal de habitação:** diagnóstico técnico. Americana: Íntegra, 2008

ARAGÃO, Thêmis Amorim; CARDOSO, Adauto Lúcio. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio. (Org). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ARRETCHE, Marta. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 31, 1990. p. 21-36.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 37-70.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In: **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 01, p. 70-104, 18 set. 2004. Disponível em: < https:www.usjt.br/aeq.urb/numero01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 15/8/2011.

BRASIL. Marcio Fortes de Almeida. Ministério das Cidades. **Planos Locais de Habitação de Interesse Social:** Curso à distância. Brasília: Ministério das Cidades, 2009. 216 p.

CAPACETES Coloridos. Produção de Paula Constante. Roteiro: Paula Constante. São Paulo: 2007. (38 min.), son., color.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 17, 2007. p. 219-240.

CECCATO, Vania (Ed.). **The Urban Fabric of Crime and Fear.** Stockholm: Springer Science & Business Media, 2012.

COMEC-Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Leitura do Espaço Urbano de Piraquara.** Curitiba 2001/2002.

COMEC (Estado). Constituição (1999). Decreto nº 809, de 31 de maio de 1999. Paraná, 29 mar. 2006.

CORADIN, Renata. **Arquitetura e gênero:** Três projetos em Viena. 2014. 8 f. TCC (Graduação) - Curso de Máster Laboratório de La Vivienda del Siglo Xxi, Univesitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DIA de Festa. Direção de Pablo Georgieff & Toni Venturi. São Paulo: 2005. (77 min.), DVD, son., color.

FERREIRA, Karen; SILVA, Gleyton Robson da. Urbanismo Feminista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGI, 17., 2017, São Paulo. **Anais... .** São Paulo: 2017.

FERTRIN, Rebeca Buzzo. **O processo de construção social da tecnologia:** O caso do projeto habitacional Jardim dos Lírios. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

HARVEY, David. **17 contradições:** e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução de: Rogério Bettoni.

IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 15/03/2018.

_____. Disponível em: <https://munic.ibge.gov.br/sel_tema.php?periodo=2015&municipio=4119509&UF=41>. Acesso em: 15/03/2018.

LAGANA, Maria Fernanda; POLLI, Simone Aparecida; PRESTES, Márcia Ferreira. Urbanização e regularização fundiária do Guarituba na Região Metropolitana de Curitiba-RMC: Análise das ações no âmbito do PAC-PPI-IF no período 2007-2016. In: **II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II UrbFavelas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

MARQUES, Eduardo. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 3502, n. 105, p.15-33, jul. 2016.

NAGAMINE, Liria Yuri. **O lugar da cotidianidade no planejamento urbano:** Um olhar a partir do Guarituba. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

NUCCI, Renan. Projeto prevê 5% de casas a mulheres vítimas de violência. **Correio do Estado.** Campo Grande. 13 mar. 2017.

PEREIRA, Gislene. **Produção da cidade e degradação do ambiente:** A realidade da urbanização desigual. 2002. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

_____; SILVA, Madianita Nunes da. Dinâmica imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lucia C. de F. (Org.). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba.** Curitiba: Letra Capital, 2009. p. 295-314.

PIRAQUARA. Gabriel Jorge Samaha. Prefeitura Municipal de Piraquara. **Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável**. Piraquara: DRZ Gestão de Cidades, 2012.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história.** In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

ROLNIK, Raquel (São Paulo). Organização das Nações Unidas. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** São Paulo: Labcidade Fauusp, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.117-134, dez. 2007.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso:** Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ULLMANN, Franziska. **Frauenwerkstadt:** Städtebauliches Leitprojekt. 2000. Disponível em: <http://www.ullmannf.at/frauenwerkstatt.html>. Acesso em: 14 abr. 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Instituto Sangari. **Mapa da Violência:** Caderno Complementar 1: HomicÍdio de Mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.